



SAGESECUR
Grupo PARPÚBLICA

Relatório de
Gestão e
Demonstrações
Financeiras
2021



Relatório de
Gestão



ÍNDICE

<u>I. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</u>	5
<u>1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento</u>	5
<u>2. Gestão do Risco Financeiro</u>	14
<u>3. Limite do Crescimento do Endividamento</u>	15
<u>4. Prazo médio de pagamentos (PMP)</u>	17
<u>5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas</u>	18
<u>6. Remunerações</u>	18
<u>7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP</u>	22
<u>8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais</u>	22
<u>9. Relatório sobre Remunerações</u>	23
<u>10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção</u>	23
<u>11. Contratação Pública</u>	23
<u>12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras</u>	24
<u>Públicas</u>	24
<u>13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais</u>	24
<u>14. Contratação de estudos, pareceres e projetos de consultoria</u>	25
<u>15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</u>	25
<u>16. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas</u>	26
<u>17. Plano para a Igualdade</u>	26
<u>18. Demonstração não financeira</u>	27
<u>19. Informação divulgada no sítio da internet do SEE</u>	28
<u>20. Cumprimento das orientações legais</u>	29
<u>II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2021</u>	30
<u>III. FINANCIAMENTO</u>	32
<u>IV. RESULTADOS OBTIDOS EM 2021</u>	33
<u>V. PERSPETIVAS PARA 2022</u>	34
<u>VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</u>	35
<u>Demonstrações Financeiras</u>	37
<u>Demonstrações Orçamentais</u>	64



I. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

➤ Objetivos de Gestão

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA que tem como objeto social a aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como a administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a concepção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários e ainda o arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esse efeito.

Não estando diretamente sujeita a tutelas setoriais, a SAGESECUR, sempre que a sua atividade se enquadra em projetos globalmente sujeitos a tutela setorial, procura que sua intervenção seja objeto de aprovação pelos membros do Governo responsáveis sobre os mesmos.

Aquando da eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio de 2021-2023, na assembleia geral ocorrida em 30 de março de 2021, foram definidas as seguintes orientações estratégicas para o mandato:

“Sendo a SAGESECUR uma sociedade instrumental inserida no universo do Grupo PARPÚBLICA, deverá pautar a sua atividade de acordo com as principais orientações estratégicas estabelecidas para o Grupo, especificamente no que se refere aos negócios que são geridos pela sociedade.

Em particular, no acompanhamento dos contratos relativos ao material circulante em utilização no eixo ferroviário Norte-Sul, principal ativo da sociedade, a gestão deverá procurar acompanhar a evolução que vier a ocorrer naquela concessão tendo em vista a salvaguarda das condições financeiras de utilização deste ativo em termos que permitam garantir o seu valor e a recuperação do investimento efetuado.

A gestão deverá ainda assegurar que a condução dos negócios é feita em termos que contribuam para a consolidação da sua situação patrimonial e garantam o cumprimento de todas as suas obrigações financeiras e contratuais.

Deverá, ainda, garantir as condições indispensáveis para que a sociedade possa vir a assumir os projetos ou negócios que a acionista entenda atribuir-lhe dada a sua natureza de sociedade instrumental.”

Além destas orientações estratégicas, não foram definidos para o mandato objetivos de gestão quantificados e anualizados. A sociedade não é parte em Contratos-Programa, Contratos de Prestação de Serviço Público ou de Interesse Económico Geral. Assim a condução dos negócios da sociedade tem tido como referência central não só o estrito cumprimento de todas as orientações legais definidas para o conjunto do setor empresarial público, como é inerente à



natureza da própria sociedade e do seu acionista, e no Estatuto do Gestor Público. É dada primazia à salvaguarda do valor dos seus ativos e à rentabilização dos negócios na linha das orientações estratégicas definidas, incluindo as orientações do acionista nos negócios relacionados com a gestão de ativos financeiros e com atividades desenvolvidas no seio do Grupo e com a rentabilização do material circulante ferroviário, verificando-se que nos últimos anos não tem sido necessário a intervenção da mesma em novas operações ou negócios. A par do referido o CA da SAGESECUR tem, sempre que se revele possível, em termos financeiros e orçamentais, reduzido o endividamento da sociedade.

Em consonância com o referido, em 2021, a atividade da SAGESECUR continuou a estar focada na gestão dos seus investimentos financeiros, Fundo Fundiestamo I e Fundo Imopoupança, e nas suas relações contratuais com a Fertagus, ou seja, a gestão do material ferroviário em utilização no eixo ferroviário norte\sul, agora regulada pelos contratos celebrados no final de 2019. Concomitantemente e no que concerne aos Fundos de Investimentos Imobiliário a SAGESECUR, em conjunto com a Fundiestamo, projetou diversificar a carteira de títulos através da aquisição de unidades de participação de alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) não tendo, todavia, no decorrer do ano em questão, sido possível concretizar a aquisição referida. Em 2021 a empresa amortizou 7 800 mil euros da sua dívida junto do acionista.

Tal como em 2020, em 2021 não existiram efeitos na atividade da SAGESECUR decorrentes da situação pandémica do Covid-19. No caso do material circulante os termos estão estabilizados nos contratos de locação e manutenção vigentes. Relativamente aos ativos financeiros, o justo valor é calculado com base no valor da UP divulgados na CMVM. Por sua vez, o valor da UP depende do valor dos ativos do Fundo, predominantemente bens imobiliários, cuja valorização resulta de avaliações independentes e das condições de mercado, que não foram afetadas negativamente pela pandemia

➤ **Plano de Atividades e Orçamento**

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 foi aprovado por deliberação acionista de 4 de janeiro de 2021, na sequência do Despacho nº 853/2020-SET, de 15 de dezembro, proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro tendo por base a apreciação favorável constante do Relatório de Análise nº 282/2020 da UTAM.



O PAO 2021 reflete as expectativas relativamente aos dois contratos celebrados com a FERTAGUS, revistos no final de 2019, que se relacionam com o material circulante ferroviário – o principal ativo da sociedade - ou seja, um contrato de locação operacional, no âmbito do qual a SAGESECUR recebe da FERTAGUS as correspondentes rendas, e um contrato de prestação de serviços de manutenção, ao abrigo do qual a SAGESECUR paga à FERTAGUS os serviços de manutenção por esta prestados.

A atividade desenvolvida ao longo de 2021 permitiu dar execução ao PAO aprovado nos termos que, de forma muito sumária, a seguir se apresentam:

i) Investimento

O investimento feito pela SAGESECUR corresponde à aquisição de UP's e às intervenções de manutenção do material circulante, uma vez que, dada a natureza da manutenção, corresponde a valores capitalizáveis.

O investimento associado ao Contrato de Criação de Mercado, celebrado entre a SAGESECUR e o CaixaBI, com o objetivo de assegurar liquidez no mercado secundário das UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I, traduz-se na aquisição de unidades de participação do FII Fundiestamo I, apoiando assim a atividade da Fundiestamo S.A. Desta forma, o nível de intervenção da SAGESECUR, comprando ou vendendo UP's, depende das condições de mercado e das intenções dos investidores e, conseqüentemente, contém elementos de imprevisibilidade para a empresa. Em 2021, verificou-se que a aquisição de unidades de participação do FII Fundiestamo I foi inferior ao previsto, não existindo lugar a medidas corretivas, atendendo às características do enquadramento já descritas.

Para além dos investimentos referidos, a SAGESECUR projetou a aquisição de unidades de participação em alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FRNE), todavia, não foi possível por circunstâncias que obstaculizaram o desenvolvimento dos mesmos. No decorrer de 2022, assim que estejam ultrapassadas as vicissitudes que afetam o desenvolvimento do subfundos do FRNE, a SAGESECUR estará em condições de poder avaliar e adquirir unidades de participação dos mesmos, financiando este instrumento de Políticas Públicas de Habitação da classe média.

Por fim, no que concerne ao investimento relacionado com a manutenção do material circulante, enquadrado pelo contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado com a FERTAGUS, importa referir que a execução deste exercício corresponde à prevista no novo contrato, que foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.



(em euros)

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I	840 000,00	213 636,34	626 363,66	<i>n.a.</i>
UP's do Fundo de Investimento FNRE	2 300 000,00	0,00	2 300 000,00	<i>n.a.</i>
Manutenção das carruagens*	8 375 886,05	8 375 886,05	0,00	<i>n.a.</i>
TOTAL	11 515 886,05	8 589 522,39	2 926 363,66	

* Valores sem IVA

ii) Gastos com pessoal

Quanto aos gastos com pessoal, considerando que a SAGESECUR continua a não dispor de um quadro de pessoal próprio, os encargos identificados traduzem exclusivamente o montante pago aos membros da mesa da assembleia geral a título de senhas de presença.

Os atuais membros do Conselho de Administração, assim como os anteriores, não auferem qualquer remuneração paga pela sociedade.

iii) Endividamento

No PAO 2021 projetou-se, na ausência de orientações no que se refere a novas atividades a prosseguir, a redução do nível de endividamento através da amortização de suprimentos junto do acionista, no montante de 7 800 mil euros. A execução de receita, excedentária face aos níveis de despesas correntes e de investimento, permitiu a amortização de suprimentos como previsto no PAO.

O endividamento apresentou nos dois últimos anos uma trajetória decrescente, algo que não aconteceu no triénio anterior, período durante o qual se manteve constante, ou seja, em 58,94 milhões de euros.



Em 2021, a taxa de juro incidente sobre os suprimentos foi de 2,0%, ligeiramente inferior à considerada na data de elaboração do PAO, 2,18%, justificando assim a variação de -8% dos gastos de financiamento.

(em euros)

Controlo dos limites do endividamento	2020	2021	2021	Variação 2021 (real vs orçamento)	
	Execução	PAO	Execução	Valor	%
Endividamento Remunerado	50 040 000	42 240 000	42 240 000	0	0%
Juros Anuais endividamento	1 254 392	1 090 872	1 000 373	-90 499	-8%

iv) Grau de Execução do Orçamento

Os principais desvios entre as demonstrações financeiras previsionais e reais estão, na sua essência, relacionados com as situações descritas seguidamente.

Em primeiro lugar, a revisão da estimativa não só da vida útil subjacente a cada manutenção como também o valor residual do material circulante conduziu a um menor montante das depreciações em comparação com o orçamentado.






Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2021

A previsão da compra de unidades de participação ("UP") de novos subfundos do FNRE, no montante total de 2 300 mil euros, que não se concretizou, pelas razões anteriormente enunciadas.

Outro facto foi o montante de IVA a recuperar não ser tão elevado como o previsto. Esta variação decorre das datas estimadas para a execução das grandes reparações serem diferentes das executadas, com impacto também nos montantes de IVA pago durante 2021.

Rubricas	Orçamento	Orçamento	Real	Real	Variação		Desvios 4º Trimestre	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Orçamento	Real	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(2) - (1)	(4) - (3)	(5) = ((4) - (3)) - ((2) - (1))	
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	44 601 112	48 016 222	45 570 398	50 031 762	3 415 110	4 461 364	1 046 254	31%
Ativos por impostos diferidos	201 223	0	1 038 371	636 259	-201 223	-402 112	-200 889	100%
	44 802 335	48 016 222	46 608 769	50 668 021	3 213 887	4 059 252	845 364	26%
Ativo corrente								
Clientes	728 160	728 160	728 160	728 160	0	0	0	-
Estado e outros entes públicos	467 819	1 985 793	467 802	760 317	1 517 974	292 515	-1 225 459	-81%
Outras contas a receber	14 960 165	0	14 960 165	0	-14 960 165	-14 960 165	0	0%
Diferimentos	0	0	0	7	0	7	7	-
Ativos financeiros de negociação	12 910 661	16 050 661	12 249 723	12 823 625	3 140 000	573 901	-2 566 099	-82%
Caixa e depósitos bancários	14 863 140	15 011 817	15 460 217	19 932 917	148 678	4 472 700	4 324 022	2908%
	43 929 945	33 776 432	43 866 067	34 245 026	-10 153 513	-9 621 041	532 472	-5%
Total do Ativo	88 732 280	81 792 654	90 474 836	84 913 047	-6 939 626	-5 561 789	1 377 837	-20%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Capital próprio								
Capital	22 500 000	22 500 000	22 500 000	22 500 000	0	0	0	-
Reservas legais	1 829 654	1 932 080	1 829 654	2 020 024	102 426	190 370	87 944	86%
Outras reservas	83 245	83 245	83 245	83 245	0	0	0	-
Resultados transitados	10 776 087	12 722 177	10 776 087	14 393 114	1 946 090	3 617 027	1 670 937	86%
	35 188 986	37 237 501	35 188 986	38 996 383	2 048 515	3 807 397	1 758 882	86%
Resultado líquido do período	2 048 515	1 111 481	3 807 397	2 637 465	-937 035	-1 169 931	-232 897	25%
Total do Capital Próprio	37 237 501	38 348 982	38 996 383	41 633 848	1 111 481	2 637 465	1 525 985	137%
Passivo								
Passivo não corrente								
Financiamentos obtidos	50 040 000	42 240 000	50 040 000	42 240 000	-7 800 000	-7 800 000	0	0%
	50 040 000	42 240 000	50 040 000	42 240 000	-7 800 000	-7 800 000	0	0%
Passivo corrente								
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	-
Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	-
Estado e outros entes públicos	163 363	109 796	173 474	28 239	-53 566	-145 235	-91 669	171%
Outras contas a pagar	1 291 416	1 093 875	1 264 979	1 010 959	-197 540	-254 020	-56 479	29%
	1 454 778	1 203 672	1 438 453	1 039 198	-251 106	-399 255	-148 148	59%
Total do Passivo	51 494 778	43 443 672	51 478 453	43 279 198	-8 051 106	-8 199 255	-148 148	2%
Total do Capital Próprio e do Passivo	88 732 280	81 792 654	90 474 836	84 913 047	-6 939 626	-5 561 789	1 377 837	-20%

[Handwritten signature]
AJH P

Rubricas	Orçamento	Real	Desvios 12M2021	
	2021 (1)	2021 (2)	Valor (2)-(1)	%
Vendas e serviços prestados	7 104 000	7 104 000	0	0%
Fornecimentos e serviços externos	-43 465	-38 788	4 677	-11%
Gastos com pessoal	-850	-850	0	0%
Aumentos/reduções de justo valor	0	360 265	360 265	n.a.
Outros rendimentos e ganhos	426 132	847 418	421 286	99%
Outros gastos e perdas	0	0	0	n.a.
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 485 817	8 272 044	786 228	11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 960 776	-3 914 522	1 046 254	-21%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 525 041	4 357 522	1 832 482	73%
Juros e gastos similares suportados	-1 090 872	-1 000 373	90 499	-8%
Resultado antes de impostos	1 434 169	3 357 150	1 922 981	134%
Imposto s/ rendimento do período	-322 688	-719 684	-396 996	123%
Resultado líquido do período	1 111 481	2 637 465	1 525 985	137%

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - IFRS	Orçamento	Real	Desvios 12M2021	
	12M2021 (1)	12M2021 (2)	Valor (2)-(1)	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes	8 737 920	8 737 920	0	0%
Pagamentos a fornecedores	-43 465	-38 777	4 688	-11%
Pagamentos ao pessoal	-850	-850	0	0%
Fluxo gerados pelas operações	8 693 605	8 698 293	4 688	0%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-175 031	-462 807	-287 776	164%
Outros recebimentos/pagamentos	-1 225 440	0	1 225 440	-100%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	7 293 134	8 235 486	942 353	13%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:	-13 442 340	-10 515 976	2 926 364	-22%
Activos fixos tangíveis	-10 302 340	-10 302 340	0	0%
Ativos Financeiros	-3 140 000	-213 636	2 926 364	-93%
Recebimentos provenientes de:	15 386 296	15 807 582	421 286	3%
Activos Financeiros	15 060 165	14 960 165	-100 000	n.d.
Juros e rendimentos similares	326 132	296 683	-29 449	-9%
Dividendos	0	550 735	550 735	n.d.
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1 943 956	5 291 606	3 347 650	172%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:	0	0	0	n.d.
Financiamentos obtidos	0	0	0	n.d.
Pagamentos respeitantes a:	-9 088 412	-9 054 392	34 020	0%
Financiamentos obtidos	-7 800 000	-7 800 000	0	n.d.
Juros e gastos similares	-1 288 412	-1 254 392	34 020	-3%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-9 088 412	-9 054 392	34 020	0%
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	148 678	4 472 700	4 324 022	2908%
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	0	15 460 217	15 460 217	n.d.
Caixa e seus equivalentes no fim do período	148 678	19 932 917	19 784 239	13307%

n.d.: Não Definido

A variação positiva de 4,3 milhões de euros na rubrica de Caixa e Seus Equivalentes no final do período, é explicada principalmente pela ausência da execução de compras de UP dos novos subfundos do FNRE e do pagamento de IVA, razões anteriormente elencadas. A SAGESECUR por ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR) não considera no PAO, no início do período, as disponibilidades existentes no final do exercício transato, daí a variação de caixa e equivalentes no início do período.



Importa igualmente referir que o valor apresentado como pagamento respeitantes a juros corresponde aos juros vencidos em 2020, explicando-se assim a não coincidência com os gastos financeiros constantes da demonstração de resultados de 2021.

Por fim, não foram implementadas medidas corretivas dos desvios observados, uma vez que estes derivam de fatores exógenos, fora do controlo da sociedade e relativamente aos quais, dada a natureza da atividade da empresa, não existem forma de os corrigir ou antecipar.

Análise global da Receita e da sua estrutura – recursos financeiros previstos e executados versus análise de desvios

Os recursos financeiros globais da Sage secur assentam fundamentalmente no recebimento das rendas cobradas à Fertagus no quadro de um contrato de locação operacional celebrado com esta e ainda, nos rendimentos obtidos enquanto titular de UP.

No orçamento de receita para 2021 foi também contemplado o reembolso da restante parte do crédito detido pela SAGESECUR sobre a Estamo, sociedade do Grupo PARPÚBLICA, no valor de 15 milhões de euros.

Análise da Receita

Controlo Orçamental - Receita 2021

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Previsões corrigida (4)	Receitas por cobrar no início do ano (5)	Receitas liquidadas (6)	Liquidações anuladas (7)	Receitas cobradas brutas do ano e de anos anteriores (8)	Receita cobrada líquida (9)	Receitas por cobrar no final do ano (10)=(5)-(7)-(8)	Grau de execução orçamental das receitas	
Código (1)	Descrição (2)									Face às Prev. Iniciais (11)=(9)/(3)	Face às Prev. Corrigidas (12)=(9)/(4)
 FONTE DE FINANCIAMENTO 513:											
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	9.164.052	9.164.052	860.159	9.586.649	1.311	9.579.627	9.579.627	865.870	105%	105%
05.03.02	Juros - Administração Central - SFA	326.132	326.132	0	297.888	1.311	296.578	296.578	0	91%	91%
05.07.01	Dividendos e Particip. Lucros de Soc.	100.000	100.000	131.999	550.840	0	545.129	545.129	137.710	545%	545%
05.10.99	Rendas - Outras	8.737.920	8.737.920	728.160	8.737.920	0	8.737.920	8.737.920	728.160	100%	100%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	14.960.165	14.960.165	0	14.960.165	0	14.960.165	14.960.165	0	100%	100%
09.04.04	Adm. Públicas - Ad. Central - SFA	14.960.165	14.960.165	0	14.960.165	0	14.960.165	14.960.165	0	100%	100%
16	SALDO DE GERÊNCIA	0	15.460.217	0	15.460.217	0	15.460.217	15.460.217	0	n.d.	100%
16.01.03	Saldo da gerência anterior	0	15.460.217	0	15.460.217	0	15.460.217	15.460.217	0	n.d.	100%
TOTAL		24.124.217	39.584.434	860.159	40.007.030	1.311	40.000.008	40.000.008	865.870	166%	101%

Handwritten signature and initials: A, ASY, P



No decurso da execução de 2021, são de destacar os seguintes factos relevantes:

- No agrupamento 05 – Rendimentos da Propriedade, para além do recebimento das rendas da FERTAGUS (R.05.10.99), a rubrica R.05.03.02 reflete os juros pela venda, à ESTAMO, de um terreno para construção, sito em Lisboa, na Av. Alfredo Bensaúde, e a rubrica R.05.07.01 o rendimento em 2021 por conta dos investimentos financeiros realizados.
- O agrupamento 09 – Venda de bens de investimento, reflete o reembolso da restante parte do crédito detido pela SAGESECUR sobre a ESTAMO.
- O agrupamento 16 – Saldo da gerência anterior, dado a SAGESECUR ser uma entidade pública reclassificada, integrando o perímetro do Orçamento do Estado, foi incluído em receita o valor transitado, saldo que foi devidamente comprovado pela DGO.

Em 2021 a execução da receita, que significou 101% do valor das previsões corrigidas, apresenta um desvio favorável face ao orçamentado em consequência, fundamentalmente, da receita oriunda do rendimento das UP, e da integração em receita do saldo de gerência do ano anterior.

Análise da Despesa

Controlo Orçamental - Despesa 2021

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Dotações corrigidas (4)	Cativos ou congelados (5)	Compromissos assumidos (6)	Despesas pagas			Grau de execução orçamental das despesas (11) = (7)/(4) x 100	
Código (1)	Descrição (2)					Ano (7)	Dotação não comprometida (8) = (4) - (5) - (6)	Saldo (9) = [(4) - (5)] - (7)		Compromissos por pagar (10) = (6) - (7)
FONTE DE FINANCIAMENTO 513										
01	DESPESAS COM O PESSOAL	850	850	0	850	850	0	0	0	100%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	43.465	43.465	0	38.443	38.443	5.022	5.022	0	88%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.288.413	1.288.413	0	1.254.392	1.254.392	34.021	34.021	0	97%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.471	1.400.471	0	457.527	457.430	942.944	943.041	97	33%
07	AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL	10.302.340	10.302.340	0	10.302.340	10.302.340	0	0	0	100%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	3.140.000	3.140.000	0	213.636	213.636	2.926.364	2.926.364	0	7%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	7.800.000	7.800.000	0	7.800.000	7.800.000	0	0	0	100%
TOTAL FF 513		23.975.539	23.975.539	0	20.067.188	20.067.091	3.908.351	3.908.448	97	84%

Analisando o quadro acima apresentado, os agrupamentos “03 – Juros e outros encargos” e “10 – Passivos financeiros” contemplam o financiamento com a natureza de suprimentos existente entre a Sociedade e a acionista.



As despesas do agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços – incluem essencialmente despesas com os serviços de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas, ambas indispensáveis ao funcionamento da empresa.

De realçar que a empresa não suporta gastos com pessoal, comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento.

O agrupamento 06 - outras despesas correntes – está relacionado com o pagamento de impostos diversos.

O agrupamento 07 – Aquisição de bens de capital – inclui o investimento nas grandes reparações do material circulante projetado para o futuro.

Por último, o agrupamento 09 – Ativos financeiros – está relacionado com a execução do Contrato de Criação de Mercado, celebrado em 2008 entre a SAGESECUR e o CaixaBI, contrato este que tem como objetivo assegurar liquidez no mercado secundário das UP do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I. Neste âmbito, havia sido previsto para 2021 um investimento de aproximadamente 0,8 milhões de euros, mas a necessidade de intervenção no mercado por via de aquisição de UP revelou-se inferior à estimada. Para além do investimento referido, a estimativa do plano de investimentos teve também em conta a perspetiva de a SAGESECUR, no cumprimento da sua função instrumental para a concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para a PARPÚBLICA, vir a diversificar a sua carteira de títulos através da aquisição de unidades de participação em alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE), que viessem a ser constituídos em 2021, geridos pela Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., o qual não teve execução.

Em suma, no que se refere aos pagamentos efetivos, em 2021 a execução da despesa teve um grau de execução de 84% face ao orçamentado, sendo a diferença justificada pela rubrica de impostos verificando-se um valor inferior de IVA a pagar, menor aquisição de UP do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I, e ausência de execução do FNRE.

2. Gestão do Risco Financeiro

Não tendo ocorrido qualquer alteração no perfil de atividade da SAGESECUR, o risco financeiro continua, como em anos anteriores, associado à sua exposição aos mercados financeiros, traduzindo-se essencialmente no risco de liquidez e no risco de taxa de juro.



Tendo em conta que a sociedade não dispõe, nem prevê vir a dispor, de ativos, de passivos ou responsabilidades de qualquer natureza, denominados em outra moeda que não o euro, não está sujeita a *risco cambial*.

Quanto ao risco de liquidez, que se pode definir como a possibilidade da SAGESECUR não ser capaz de honrar as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar as suas operações ou incorrer em perdas significativas, há a referir que não se antecipam dificuldades na obtenção de fundos, sendo eventuais necessidades de financiamento colmatadas por suprimento do acionista ou por recursos do OE, dado a empresa ser uma EPR. As necessidades de financiamento pressupõem a sua prévia aprovação no âmbito do plano de atividades, onde as mesmas estarão refletidas e, dado a natureza de EPR, não poderão ser asseguradas diretamente por recurso ao mercado.

Já o *risco de taxa de juro* é um risco que poderá ter impacto sobre os gastos de financiamento, na medida em que, não só as taxas de juro cobradas nos suprimentos existentes poderão ser ajustadas em função das condições de financiamento do acionista e das flutuações do mercado, como um eventual financiamento por via do OE terá sempre um custo associado que reflete as condições de financiamento do Estado. No que concerne ao risco de taxa de juro associado ao crédito existente sobre a Estamo deve referir-se que a taxa estava indexada à taxa cobrada à SAGESECUR pelo acionista no âmbito dos suprimentos.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	1 000 372,60	1 254 392,32	1 736 961,79	1 983 920,39	2 236 183,60
Taxa Média de Financiamento (%)	2,00%	2,180%	2,947%	3,366%	3,794%

unidade: €

3. Limite do Crescimento do Endividamento

Variação do Endividamento (execução)	Ano 2021	Ano 2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	42 240 000,00	50 040 000,00
Capital Social/Capital Estatutário	22 500 000,00	22 500 000,00
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	8 375 886,05	6 177 995,46
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-22,3%	

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$



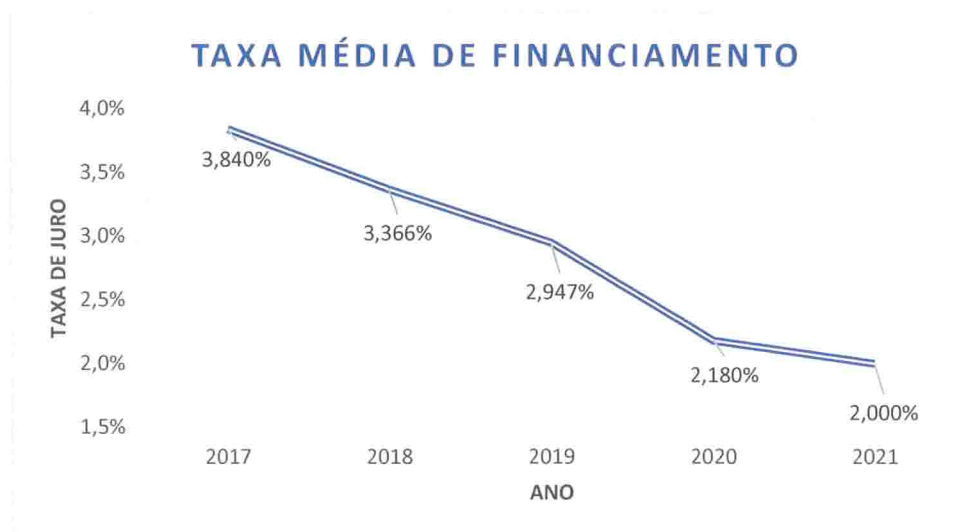
No final de 2021 a Estamo amortizou o remanescente do valor em dívida, 14,96 milhões de euros, o que permitiu à SAGESECUR diminuir os suprimentos junto do acionista em 7,8 milhões de euros e realizar o investimento necessário nas grandes manutenções das UQE.

Quanto aos encargos com o financiamento verifica-se igualmente uma tendência de decréscimo em consequência da diminuição sucessiva e anual da taxa de juro dos suprimentos, aliada à redução do capital em dívida.

Apresenta-se de seguida a evolução dos encargos financeiros e da taxa anual de juros dos suprimentos por referência ao período (2017/2021):



Handwritten signature and initials: A, 2021, P



4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

Da aplicação dos critérios constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, resulta que o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da SAGESECUR em 2021 foi de 32 dias, verificando-se assim um aumento de 24 dias quando comparado com o PMP de 2020.

O prazo médio de pagamentos alcançado em 2021 foi fortemente influenciado pelas faturas das grandes reparações das UQE. Atendendo à materialidade dos valores em causa, foram melhorados os procedimentos subjacentes à validação dos montantes a pagar, o que originou o alargamento do PMP registado. Se esta situação fosse expurgada, registar-se-ia valores idênticos aos de anos anteriores. Para 2022, o CA da SAGESECUR passará a considerar a redução do PMP como um objetivo de gestão.

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	32	8	24	300,0%

Handwritten signature and initials.

Já no que respeita a dívidas vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65- A/2011, de 17 de maio, a Sociedade não apresenta qualquer atraso nos pagamentos.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas

Aquando da aprovação das contas referentes ao exercício de 2020 não foram emitidas quaisquer orientações e a Certificação Legal de Contas não continha reservas.

As únicas orientações em vigor são as orientações estratégicas para o mandato 2021 - 2023, nos termos já anteriormente apresentados, as quais têm vindo a ser prosseguidas pela gestão.

6. Remunerações

a) Remuneração dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2023	Presidente	Ana Paula da Costa Ribeiro	500,00 €	0	0,00 €
2021-2023	Secretário	Tiago Manuel Rodrigues Estevinho	350,00 €	0	0,00 €
					0,00 €

Os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos são os mesmos do mandato anterior. O Presidente e Secretário, no âmbito do mandato anterior, auferiram com a realização da Assembleia Geral realizada a 30 de março de 2021 do valor bruto de 1 senha no montante de 500,00€ e 350,00€ respetivamente.



Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Identificação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora [O/D]	Identificação da data de autorização e Forma	
2021-2023	Presidente Não Executivo	Jaime Serrão Andrez	AG	30/03/2021	Não	-	D	NA	2
2021-2023	Vogal	João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	AG	30/03/2021	Não	-	D	NA	2
2021-2023	Vogal Não Executivo	Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	AG	30/03/2021	Não	-	D	NA	2

Legenda: (1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O - Origem / D - Destino)

De acordo com a deliberação acionista e com o disposto no estatuto do Gestor Público os membros do conselho de administração não são remunerados. Em consequência o montante anual pago pela sociedade referente a remuneração dos administradores, a qualquer título – remuneração fixa, despesas de representação ou prémio – é nulo.

Os administradores da SAGESECUR, nesta qualidade, também não auferem qualquer remuneração - seja a título de remuneração fixa ou de qualquer outra natureza, como sejam despesas de representação, senhas de presença, prémios, etc. – que seja paga por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a domínio comum.

Relativamente a situações de acumulação de funções não existe qualquer situação passível de criar qualquer incompatibilidade, sendo a situação a seguinte:

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
Jaime Serrão Andrez	Parpública, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa	Docência	Público	Despacho n.º 495/20 – SET
	Círculo do Estoril	Presidente do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)
	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	04/08/2020 (DUE)
	EPS - EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	02/10/2020 (DUE)
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Parpública, SGPS, S.A.	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	Círculo do Estoril, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)
	Universidade Católica Portuguesa	Docência	Privado	Despacho n.º 591/2020 – SET
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Parpública, SGPS, S.A.	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	Círculo do Estoril, S.A.	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2021

Face ao já referido, a situação no que respeita à fixação de remunerações para os membros do órgão de administração é a seguinte:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jaime Serrão Andrez	S	NA	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	S	NA	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	S	NA	0	0

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público

A DUE que procedeu à eleição dos órgãos sociais fixou o regime remuneratório dos membros do Conselho de Administração, estabelecendo ser o exercício do cargo não remunerado.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Jaime Serrão Andrez	0	0	0	-	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	0	-	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	0	-	0

Para além de não estar prevista a atribuição de remuneração, a qualquer título, os membros do órgão de administração também não beneficiam na sociedade de qualquer natureza de benefícios sociais.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual - Seguro de Saúde	Encargo Anual - Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago - Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jaime Serrão Andrez	0	0	CGA	0	0	0	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	SS	0	0	0	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	SS	0	0	0	0	0

Também não se encontra estabelecida a atribuição de telemóvel ou viatura.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas - 2021								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rend. *	Prestações Contratuais Remanescentes
Jaime Serrão Andrez	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0

* aquisição / ALD / Leasing ou outra

A sociedade não suporta quaisquer despesas associadas a deslocações em serviço ou de qualquer outra natureza, efetuadas pelos administradores.



Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Jaime Serrão Andrez	0	0	0	0	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	0	0	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	0	0	0	0

De janeiro a 30 de março de 2021 o atual CA esteve em funções até à sua reeleição para o novo mandato.

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Fiscal Único Efetivo	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202; CMVM n.º 20160813)	1202	20161403	AG	30/03/2021	30/04/2021	-	4
2021-2023	Fiscal Único Suplente	Dr. Carlos António Lisboa Nunes	427	20160131	AG	30/03/2021	-	-	4

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestações de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202; CMVM n.º 20160813)	21 285,84 €	-	21 285,84	-	-	-	0,00
Dr. Carlos António Lisboa Nunes	-	-	-	-	-	-	0,00
	21 285,84 €	-	21 285,84	-	-	-	-

O valor anual dos honorários inclui IVA à taxa legal em vigor (23%).

b) Auditor Externo

A sociedade não dispõe de Auditor Externo.

[Handwritten signature]



c) Dos restantes trabalhadores

A SAGESECUR continua a não dispor de quadro próprio de colaboradores e, conseqüentemente, não suporta quaisquer valores a título de encargos com pessoal, pelo que os valores registados nesta rubrica correspondem, na sua totalidade, aos montantes pagos aos membros da mesa da Assembleia Geral a título de senhas de presença.

7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP

A sociedade não atribuiu aos administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, nomeadamente para a realização de despesas ao serviço da empresa. Os administradores não realizaram quaisquer despesas de representação pessoal pelo que não se colocou a questão do seu eventual reembolso.

Não foi, igualmente, atribuído telefone móvel, domiciliário ou internet aos administradores, pelo que não houve quaisquer gastos com comunicações desta natureza.

A sociedade não tem viaturas de serviço, não se verificando quaisquer gastos de combustíveis e portagens.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jaime Serrão Andrez	NA	0,00 €	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	0,00 €	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	0,00 €	
		0,00 €	

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Jaime Serrão Andrez	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	

8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais

Todas as despesas realizadas encontram-se devidamente documentadas.



9. Relatório sobre Remunerações

Não tendo a SAGESECUR quadro de pessoal próprio, não existe informação a reportar não sendo por isso aplicável a obrigação de elaboração do Relatório em causa.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Como já referido a atividade própria da SAGESECUR encontra-se centrada na gestão dos contratos existentes, sendo os eventuais novos negócios diretamente decididos pelo acionista. Por outro lado, e também como já salientado, a sociedade não dispõe de quadro de colaboradores próprio sendo todos os processos, a todos os níveis, desenvolvidos por colaboradores da PARPÚBLICA, inseridos nas estruturas desta sociedade e dessa forma sujeitos a todos os regulamentos internos adotados pela PARPÚBLICA, seguindo todos os procedimentos, regras e sistemas de controlo estabelecidos e em vigor na mesma.

Relativamente ao exercício de 2021 a SAGESECUR elaborou o Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, o qual sistematiza os princípios em vigor nesta matéria e dá conta da ausência de qualquer situação reportada. O referido Relatório é objeto de divulgação através da plataforma SIRIEF visto a Sociedade não dispor de site próprio.

11. Contratação Pública

Dada a natureza instrumental da atividade da sociedade e o seu enquadramento no Grupo PARPÚBLICA, as contratações efetuadas seguem os procedimentos e normas em utilização na *holding*.

Na sequência da extensão do prazo da concessão relativa ao transporte público de passageiros no eixo ferroviário norte \ sul, foi celebrado a 30 de dezembro de 2019 um novo contrato de prestação de serviços de manutenção do material circulante, o qual foi remetido ao Tribunal de Contas para efeitos de visto, tendo no dia 11 de maio de 2020, em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção, sido concedido o visto ao contrato referido. Durante o ano de 2021 houve um reembolso de suprimentos no montante de 7,8 milhões de euros que estava previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado.



12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas

A atividade desenvolvida pela sociedade, a dimensão e natureza das aquisições e o facto dos respetivos procedimentos seguirem as normas em utilização na PARPÚBLICA, não justifica a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	8 272 044,36	7 485 816,52	8 603 674,73	9 539 922,59	-331 630,37	-4%	-1 267 878,23	-13%
(1) CMVMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	38 788,4	43 465,10	41 370,34	42 106,28	-2 581,93	-6%	-3 317,87	-8%
(3) Gastos com o pessoal	850,00	850,00	850,00	850,00	0,00	0%	0,00	0%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3-3.i)-3.iii)	850,00	850,00	850,00	850,00	0,00	0%	0,00	0%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G Pessoal) ^{a)}	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional=(1)+(2)+(4)-(5)	39 638,41	44 315,10	42 220,34	42 956,28	-2 581,93	-6%	-3 317,87	-8%
(7) Volume de negócios (VN) ^{b)}	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 633 369,92	0,00	0%	-529 369,92	-7%
Subsídio à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 633 369,92	0,00	0%	-529 369,92	-7%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	0,56%	0,62%	0,59%	0,56%	0,00	-6%	0,00	-1%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	3	3	3	3	0,00	0%	0,00	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0,00	0%	0,00	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-
N.º Trabalhadores/N.º CD	-	-	-	-	n.d.	-	n.d.	-
N.º de viaturas	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+), estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Dadas as características da atividade e a ausência de uma estrutura operacional própria, os custos operacionais da sociedade limitam-se aos encargos derivados de contratos ou obrigatórios por lei, pelo que a aplicação das regras referentes à redução de gastos operacionais se encontra limitada às que incidem sobre as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único, as quais obedecem aos princípios que se encontram fixados para a generalidade das empresas públicas. Significa isto que a estrutura de custos da sociedade é caracterizada por ser extremamente rígida, o que impede aplicações de medidas adicionais de redução de gastos operacionais. A par desta constatação deve também salientar-se o reduzido valor dos gastos operacionais, sendo o seu peso relativo face ao volume de negócios inferior a 1 p.p.. Sendo muito reduzido, qualquer variação dos gastos operacionais, mesmo que não material, assume um efeito percentual visível. Apesar disso,



em 2021, os FSE ficaram 11% abaixo do valor projetado no PAO e 6% abaixo do valor registado no período homólogo, fortemente influenciado pela redução do âmbito dos serviços prestados pela empresa de contabilidade.

Ao analisar a evolução do EBITDA, verifica-se uma variação positiva de 11% face ao valor orçamentado, sendo a mesma explicada pelo efeito cumulativo de 360 mil euros das variações positivas de justo valor dos Fundos de investimento e 450 mil euros dos rendimentos distribuídos associados às UP em carteira, parcialmente contrabalançado pela redução dos juros do crédito da Estamo. No que respeita ao justo valor dos Fundo de investimento importa referir que o PAO de 2021 da SAGESECUR não contempla qualquer valor desta natureza, dada a dificuldade em os estimar com fiabilidade. No quadro acima, o EBITDA apresenta uma redução de 4% e 13% face aos anos de 2020 e 2019, respetivamente, mas não traduz um decréscimo efetivo do desempenho da SAGESECUR. No ano de 2019 há um efeito positivo no resultado, reversão da imparidade do material circulante no montante de 1,2 milhões de euros, evento sem repetição. Além disso, os 360 mil euros de variações positivas de justo valor registadas em 2021, comparam com 513 mil euros em 2020 e 731 mil euros em 2019, efeito exógeno à sociedade, que depende exclusivamente da valorização das UP.

14. Contratação de estudos, pareceres e projetos de consultoria

Como evidenciado no ponto anterior, a SAGESECUR não teve quaisquer gastos com contratação de estudos, pareceres e projetos de consultoria.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	17 273 526,07	14 359 892,62	13 279 560,55	19 619 111,73
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17 273 526,07	14 359 892,62	13 279 560,55	19 619 111,73

As disponibilidades de tesouraria da SAGESECUR encontram-se depositadas na conta aberta junto do IGCP, mantendo-se fora desta instituição apenas as contas e os saldos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratualmente estabelecidas no âmbito dos investimentos em UP, situação que foi objeto de autorização específica por parte daquela entidade, nos termos previstos na lei.

As aplicações financeiras, quando existentes, são, na sua totalidade, efetuadas no IGCP.



 25



Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BPI - Banco BPI, S.A.	2 211,98	2 206,82	2 201,58	2 301,61
Caixa Banco de Investimento	294 520,54	294 449,00	294 325,54	311 503,70
TOTAL	296 732,52	296 655,82	296 527,12	313 805,31
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP.

Fora do IGCP, a SAGESECUR apenas mantém as contas e os valores indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas no âmbito da sua atividade relacionada com investimentos em UP. Os mesmos estão autorizados ao abrigo da informação nº 1704/2020, constante do documento com a ref.^a UE: SGC n.º 107, de 16 de novembro de 2020, emitido pelo IGCP.

A SAGESECUR não auferiu rendimentos em 2021 relativos aos saldos mantidos fora do IGCP, pelo que não foi realizada qualquer entrega ao Estado.

16. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

A sociedade não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas nos últimos três anos pelo que não foi objeto de qualquer tipo de recomendações por parte daquela entidade de supervisão.

17. Plano para a Igualdade

A SAGESECUR não dispõe de um quadro de pessoal próprio, pelo que a obrigatoriedade de elaborar e divulgar um Plano para Igualdade não lhe é aplicável.



18. Demonstração não financeira

Dado o carácter instrumental da SAGESECUR, a empresa não prepara autonomamente informação não financeira, mas fornece os seus contributos, que são incluídos no Relatório de Sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA. Além disso, a SAGESECUR partilha os mesmos princípios do seu acionista, que se encontram espelhados no referido relatório.



19. Informação divulgada no sítio da internet do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2010	Não se verificaram alterações/atualizações
Caracterização da Empresa	S	2015	Não se verificaram alterações/atualizações
Função de tutela e acionista	S	2015	Não se verificaram alterações/atualizações
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos órgãos sociais	S	2021	Eleição de Novos Órgãos Sociais
- Estatuto Remuneratório Fixado	NA		Órgãos Sociais Não Remunerados
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	NA		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2021	Aquando da apresentação do RGS 2021
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2021	Aquando da apresentação do RGS 2021
Esforço Financeiro Público	S	31/12/2021	
Ficha Síntese	S	31/12/2021	
Informação Financeira histórica e atual	S	31/12/2021	
Princípios de Bom Governo	S	Data do RGS	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	Data do RGS	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	Data do RGS	
- Outras transações	S	Data do RGS	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	Data do RGS	
Económico	S	Data do RGS	
Social	S	Data do RGS	
Ambiental	S	Data do RGS	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	Data do RGS	
- Código de ética	S	2021	



20. Cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das obrigações legais, foi preenchido o quadro infra:

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)	S	% cumprimento	Ver ponto 1.1 - objetivos não quantificados
Metas a atingir constantes no PAO 2021		% cumprimento	justificar desvios
Investimento	S	75%	Ver ponto 1.1.i
Nível de endividamento		100%	Ver ponto 1.1.iii
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	% cumprimento	Ver ponto 1.1.iv
Gestão do Risco Financeiro	S	Tx média de financiamento: 2,0%	Ver ponto 1.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento : -22,3%	Ver ponto 1.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP a fornecedores (em dias): 24 dias	Ver ponto 1.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0,00 €	Ver ponto 1.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação	S		Ver ponto 1.5
Reservas emitidas na última CLC			
Reservas	N.A.		Ver ponto 1.5
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ver ponto 1.6
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	S	Total da Redução remuneratória: 0€	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 1.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 1.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			A empresa não tem colaboradores.
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N/A		Ver ponto 1.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	A empresa não tem site	Ver ponto 1.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N/A		Ver ponto 1.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Nº de contratos: 0	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N/A		Ver ponto 1.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ver ponto 1.13
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	S		Ver ponto 1.14
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de dezembro: 98%	Ver ponto 1.15
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro: 313 805,31€	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Montante auferido: 0€; Data de entrega: N/A	
Auditorias do Tribunal de Contas^(b)			
Recomendação 1	N/A	Indicar medida(s) adotada(s)	Ver ponto 1.16
Recomendação 2		Indicar medida(s) adotada(s)	
Etc.		Indicar medida(s) adotada(s)	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	N/A		Ver ponto 1.17
Apresentação da demonstração não financeira	N/A		Ver ponto 1.18

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

[Handwritten signature]
29



II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2021

Durante o ano de 2021 a SAGESECUR não desenvolveu novos projetos pelo que a sua atividade continuou centrada no acompanhamento dos negócios anteriormente contratados, o que significa que a gestão se manteve focada nas seguintes áreas:

i) Investimentos financeiros

A carteira da SAGESECUR, no final de 2021, continua a ser constituída por UP de dois fundos de investimento imobiliários – Fundo Fundiestamo I e Imopoupança - ambos geridos pela Fundiestamo, sociedade do Grupo PARPÚBLICA especializada na gestão de fundos de investimento imobiliário.

A 31 de dezembro de 2021 o valor global da carteira ascendia aos 12,8 milhões de euros, valor que representa um aumento de 4,6% face ao registado no final do ano anterior, 12,2 milhões de euros. Esta variação é explicada pelo aumento do valor das UP do Fundiestamo I em carteira.

a. UP do Fundo ImoPoupança

No final do período em análise a carteira da SAGESECUR integrava 1.970 UP no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto - Imopoupança, número idêntico ao dos anos anteriores. O valor destas Us, cerca de 11,6 milhares de euros, registou uma valorização de 2,4% face ao ano anterior.

b. UP do Fundo Fundiestamo I

O Contrato de Criação de Mercado celebrado entre a SAGESECUR e o CaixaBI tem como objetivo assegurar liquidez no mercado secundário das UP do *Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I*. Em execução deste contrato, ao longo do ano de 2021 a SAGESECUR adquiriu 303 UP, número inferior ao verificado no ano transato, período durante o qual haviam sido adquiridas 441 UP. As aquisições efetuadas em 2021 significaram um investimento em valor bruto de 213,6 milhares de euros.

No final do exercício em análise a SAGESECUR detinha 11 026 UP neste fundo, as quais estavam valorizadas em 12,8 milhões de euros.



ii) Gestão dos contratos relativos a bens de equipamento


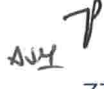

A principal componente do ativo da SAGESECUR continua a ser constituída pelo material circulante em utilização no eixo ferroviário Norte-Sul no âmbito da concessão atribuída pelo Estado à Fertagus para assegurar o transporte público de passageiros naquele eixo ferroviário. Estes bens de equipamento foram objeto em 2006 de dois contratos celebrados com a concessionária: i) um contrato de aluguer operacional, e ii) um contrato para a prestação dos serviços de manutenção, contrato que incluía o valor global dos custos a suportar pela SAGESECUR e o respetivo calendário de pagamentos.

A vigência destes contratos, que inicialmente se previa terem o seu término em 2010, viria a ser alargada por mais 9 anos, estando esta alteração diretamente associada à prorrogação do contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Fertagus, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 138-B/2010, de 28 de dezembro. Para além do prazo de vigência foi também contratualizada a antecipação das datas das grandes intervenções de manutenção a efetuar no equipamento e dos respetivos pagamentos. Como contrapartida desta antecipação foi estabelecida uma compensação financeira a pagar pela Fertagus à SAGESECUR.

Os contratos de locação e de prestação de serviços de manutenção tinham um prazo de vigência que terminou a 31 de dezembro de 2019, em sintonia com o prazo da própria concessão de que era titular a Fertagus.

No entanto, tendo a concessionária suscitado a reposição do equilíbrio económico da concessão, durante o ano de 2019 foram desenvolvidas negociações entre o Estado e a Fertagus das quais resultou a prorrogação da concessão por mais 4 anos e 9 meses e a redefinição de algumas das condições financeiras da mesma, com impacto nas relações contratuais entre a SAGESECUR e a Fertagus. Embora a SAGESECUR não tenha sido parte diretamente envolvida naquela renegociação, durante o ano de 2019 a anterior gestão assegurou as diligências possíveis para garantir a salvaguarda dos seus interesses patrimoniais no contexto da definição das novas condições a vigorar durante a extensão do prazo da concessão.

Concluída a renegociação e aprovada a extensão da concessão através do DL n.º 170-A/2019, de 18 de dezembro, que alterou as bases da concessão, o Estado e a Fertagus assinaram em 26 de dezembro um contrato de alteração à concessão, nos termos do qual o prazo da concessão foi alargado até 30 de setembro de 2024. Em consequência, a SAGESECUR e a concessionária

 
31 



celebraram em 30 de dezembro de 2019 um aditamento ao contrato de locação operacional e um novo contrato de prestação de serviços de manutenção, os quais incorporam o novo prazo e as novas condições financeiras subjacentes à concessão. Assim, os contratos celebrados no final de 2019 têm um prazo de vigência que termina a 30 de setembro de 2024.

O aditamento ao contrato de locação estabelece uma renda mensal a pagar pela Fertagus a partir de 1 de janeiro de 2020 que é inferior à que vigorou até 31 de dezembro de 2019, essencialmente porque, no quadro da redefinição das condições da concessão foi aceite, e autorizada pela entidade reguladora do setor, o aumento em 10 anos da vida útil do equipamento. Já o contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado no final de 2019 para vigorar de 1 de janeiro de 2020 até 30 de setembro de 2024, inclui o plano de manutenção e respetivos custos para o remanescente da vida útil do equipamento e o correspondente plano de pagamentos. O investimento associado a este novo período contratual ascende aos 22,8 milhões de euros, tendo sido iniciado em 2020, com a prévia obtenção do visto do Tribunal de Contas.

Assim, no âmbito da execução destes contratos, durante o ano de 2021 a SAGESECUR recebeu da Fertagus o montante de 7.104 milhares euros, a título de rendas pelo aluguer operacional do material circulante e realizou um pagamento no montante de 8.375,8 milhares euros, ao qual acresceu o IVA, relativo às grandes reparações programadas para o ano, nos termos do novo contrato de prestação de serviços de manutenção.

III. FINANCIAMENTO

A atual Administração procurou dar seguimento à gestão rigorosa que tem vindo a ser realizada, permitindo a consolidação da estrutura de financiamento da sociedade traduzida no reforço dos seus capitais próprios.

No final do exercício, o ativo da SAGESECUR ascendia aos 84 913 milhares euros, apresentando uma diminuição de 6,15% face ao ano anterior. Esta diminuição resulta, do efeito conjugado da amortização do empréstimo da ESTAMO, 14 960 milhares de euros parcialmente compensado com o acréscimo do valor líquido do ativo das UQE's gerado pelas grandes reparações, + 4 461 milhares de euros. Apesar do recebimento verificado, a rubrica Caixa e Depósitos Bancários não aumentou proporcionalmente, uma vez que as disponibilidades foram utilizadas para reduzir em 7 800 milhares de euros a dívida junto do acionista.



O financiamento da sociedade através de capitais alheios continua a ser assegurado em exclusivo pelo acionista, através de suprimentos, sendo o valor global em dívida de 42,2 milhões euros no final do exercício. Um dos principais objetivos da gestão continua a ser o promover a amortização dos valores em dívida. Em 2021 o valor suportado a título de juros (1 milhões euros) representa 14,1% das vendas e prestações de serviços, o que justifica a intenção de afetar as disponibilidades de tesouraria, embora limitadas pela natureza de longo prazo dos investimentos, à amortização de suprimentos.

No final do exercício 49% do ativo era financiado por capitais próprios, percentagem superior à verificada no final de 2020 (43,10%).

IV. RESULTADOS OBTIDOS EM 2021

O ano de 2021 encerrou com um resultado positivo de 2 637 milhares de euros, representando um decréscimo de 31% em relação aos 3 807 milhares de euros registados em 2020. Esta variação traduz o efeito conjugado das seguintes situações:

- A variação do justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, +20,6612€ por unidade de participação, a qual ficou aquém do verificado no ano anterior em 152,5 milhares de euros, por efeito das aquisições efetuadas, mas também porque aumentou o valor unitário das mesmas;
- Diminuição de 181,6 milhares de euros em Outros rendimentos e ganhos. Apesar do aumento do rendimento distribuído associados às UP detidas, a diminuição dos juros vencidos em 2021 associados ao crédito sobre a Estamo, maioritariamente por efeito da redução do valor em dívida, justifica o decréscimo verificado em 2021 face ao ano anterior;
- Aumento das depreciações do material circulante em 271,9 milhares de euros, decorrente das grandes manutenções realizadas;
- A diminuição dos gastos financeiros em cerca de 254 milhares de euros, devido à diminuição da taxa de juro de suprimentos e ao montante em dívida em cada um dos exercícios;
- Aumento dos impostos em 820,3 milhares de euros, decorrente sobretudo do aumento dos gastos por imposto diferidos (no ano anterior houve um rendimento).



V. PERSPETIVAS PARA 2022

Dada a natureza instrumental da sociedade a gestão terá que estar sempre disponível para a necessidade de ponderar novos projetos ou o desenvolvimento de novos negócios em função das orientações que lhe sejam transmitidas pelo acionista e no quadro do seu Plano de Atividades e Orçamento.

Na ausência de novas orientações, a atividade da SAGESECUR continuará focada na gestão dos seus investimentos financeiros e das suas relações contratuais com a Fertagus, agora regulada pelos contratos celebrados no final de 2019. No caso do contrato de prestação de serviços, está previsto um investimento na ordem dos 6,4 milhões de euros (s/ IVA) para 2022, que se afigura indispensável às condições de operacionalidade e segurança, no âmbito da prestação de um serviço público.

No tocante aos Fundos de Investimento Imobiliário, a SAGESECUR propõe-se, juntamente com a FUNDIESTAMO, a desenvolver sinergias de negócio no âmbito do FNRE e consequentemente adquirir 8,45 milhões de euros de unidades de participação dos subfundos que vierem a ser constituídos.

No plano da gestão financeira e tendo em consideração que a receita própria gerada não será suficiente para fazer face ao investimento estimado prevê-se no PAO para 2022, a necessidade de recorrer a fundos acionistas no montante de 9 150 mil euros e 4 050 mil euros nos anos 2022 e 2023 respetivamente, através de novo contrato de suprimentos.

Embora seja expectável que a recente invasão da Ucrânia, no passado dia 24 de fevereiro, possa ter impactos significativos na economia a nível mais global, devemos referir, que a Sagesecur não tem operações, transações e/ou qualquer outro tipo de relacionamento com entidades sancionadas, nomeadamente a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, pelo que, não esperamos no quadro económico atual e com base nos elementos de que dispomos atualmente, impactos significativos para a empresa, quer económicos quer financeiros.

VI. AGRADECIMENTO

O Conselho de Administração entende ser devido um agradecimento à Comissão Executiva e aos colaboradores de áreas de suporte, económica e financeira, jurídica e de acompanhamento de



participadas da acionista PARPÚBLICA, pela forma eficiente como asseguraram as tarefas que lhe foram solicitadas durante o ano de 2021.

É também justificado o agradecimento ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade e apoio prestados ao longo do exercício.


VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, tendo em atenção o elevado investimento previsto realizar durante o exercício de 2022, e, ainda, que a parte do lucro gerado qualifica como não distribuível (360 265 euros), propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no valor de 2 637 465,29 euros, seja transferido para Reserva Legal e Resultados Transitados nos montantes de 131 873,27 euros e 2 505 592,18 euros, respetivamente.


Lisboa, em 14 de março de 2022

O Conselho de Administração,


Jaime Serrão Andrez
Presidente


João Carlos da Silva Sacadura Pinhão

Vogal


Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

Vogal



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2021



Demonstrações
Financeiras



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2021



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Rubricas	Notas	Posição	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	50 031 762,42	45 570 398,39
Outras contas a receber	7	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	8	636 258,50	1 038 370,62
		50 668 020,92	46 608 769,01
Ativo corrente			
Clientes	9	728 160,00	728 160,00
Estado e outros entes públicos	10	760 316,60	467 801,67
Outras contas a receber	7	0,00	14 960 164,64
Diferimentos		7,33	0,00
Ativos financeiros de negociação	6	12 823 624,71	12 249 723,44
Caixa e depósitos bancários	11	19 932 917,04	15 460 216,90
		34 245 025,68	43 866 066,65
Total do Ativo		84 913 046,60	90 474 835,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital		22 500 000,00	22 500 000,00
Reservas legais		2 020 024,32	1 829 654,47
Outras reservas		83 244,56	83 244,56
Resultados transitados		14 393 114,10	10 776 087,10
Ajustamentos de JV de activos correntes disponiveis para venda		-	-
		38 996 382,98	35 188 986,13
Resultado líquido do periodo		2 637 465,45	3 807 396,85
Total do capital próprio	12	41 633 848,43	38 996 382,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	42 240 000,00	50 040 000,00
		42 240 000,00	50 040 000,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	10	28 239,09	173 473,86
Outras contas a pagar	14	1 010 959,08	1 264 978,82
		1 039 198,17	1 438 452,68
Total do Passivo		43 279 198,17	51 478 452,68
Total do Capital Próprio e do Passivo		84 913 046,60	90 474 835,66

404 A f



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	7 104 000,00	7 104 000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-38 788,41	-41 370,34
Gastos com pessoal	17	-850,00	-850,00
Aumentos/reduções de justo valor	18	360 264,93	512 834,50
Outros rendimentos e ganhos	19	847 417,85	1 029 060,57
Outros gastos e perdas		-0,01	0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 272 044,36	8 603 674,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-3 914 522,02	-3 642 524,08
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	5	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 357 522,34	4 961 150,65
Juros e gastos similares suportados	20	-1 000 372,60	-1 254 392,32
Resultado antes de impostos		3 357 149,74	3 706 758,33
Imposto s/ rendimento do período	21	-719 684,29	100 638,52
Resultado líquido do período		2 637 465,45	3 807 396,85



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Rubricas	2021	2020
Resultado líquido do período	2 637 465,45	3 807 396,85
Outro Rendimento integral Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		
	2 637 465,45	3 807 396,85
Rendimento integral	2 637 465,45	3 807 396,85
Atribuição do rendimento integral		
Detentores do capital	2 637 465,45	3 807 396,85
Interesses minoritários	0,00	0,00



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade: Euro

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do Capital Próprio	
	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 01-01-2020	1	22 500 000,00	1 669 480,06	83 244,56	7 732 773,36	0,00	3 203 488,15	35 188 986,13	35 188 986,13
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3						3 807 396,85	3 807 396,85	3 807 396,85
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 807 396,85	3 807 396,85	3 807 396,85
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados	5		160 174,41		3 043 313,74		-3 203 488,15	0,00	0,00
		0,00	160 174,41	0,00	3 043 313,74	0,00	-3 203 488,15	0,00	0,00
Posição em 31-12-2020	6=4+5	22 500 000,00	1 829 654,47	83 244,56	10 776 087,10	0,00	3 807 396,85	38 996 382,98	38 996 382,98

Unidade: Euro

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do Capital Próprio	
	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 01-01-2021	1	22 500 000,00	1 829 654,47	83 244,56	10 776 087,10	0,00	3 807 396,85	38 996 382,98	38 996 382,98
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3						2 637 465,45	2 637 465,45	2 637 465,45
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 637 465,45	2 637 465,45	2 637 465,45
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados	5		190 369,85		3 617 027,00		-3 807 396,85	0,00	0,00
		0,00	190 369,85	0,00	3 617 027,00	0,00	-3 807 396,85	0,00	0,00
Posição em 31-12-2021	6=4+5	22 500 000,00	2 020 024,32	83 244,56	14 393 114,10	0,00	2 637 465,45	41 633 848,43	41 633 848,43



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Ano de 2021	Ano de 2020
Atividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	8 737 920,00	8 792 180,42
Pagamentos a fornecedores	-38 776,91	-36 125,05
Pagamentos ao pessoal	-850,00	-850,00
<i>Caixa gerada pelas Operações</i>	8 698 293,09	8 755 205,37
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento	-462 806,94	-256 435,19
Outros recebimentos/pagamentos relat à ativ operacional	0,00	-680 800,00
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	8 235 486,15	7 817 970,18
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	14 960 164,64	12 200 000,00
Juros e rendimentos similares	847 417,85	1 028 441,79
	15 807 582,49	13 228 441,79
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-213 636,34	-306 108,75
Ativos fixos tangíveis	-10 302 339,84	-7 598 934,42
	-10 515 976,18	-7 905 043,17
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	5 291 606,31	5 323 398,62
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-7 800 000,00	-8 900 000,00
Juros e gastos similares	-1 254 392,32	-1 736 961,79
	-9 054 392,32	-10 636 961,79
Recebimentos respeitantes a:		
Juros e ganhos similares	0,00	0,00
	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	-9 054 392,32	-10 636 961,79
Variações de caixa e seus equivalentes	4 472 700,14	2 504 407,01
Caixa e seus equivalentes no início do período	15 460 216,90	12 955 809,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 932 917,04	15 460 216,90

[Handwritten signatures and initials]



NOTAS

1. Apresentação da empresa e do referencial de relato financeiro

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A., foi constituída pelo Decreto-Lei nº 209/2000, de 2 de setembro, com a denominação SAGESECUR - Sociedade de Titularização de Créditos, não tendo exercido atividade até meados de 2004.

A sociedade tem o capital social de 22.500.000,00 de euros, representado por 4.500.000 ações de 5 euros, estando totalmente realizado. A 31 de dezembro de 2021 o capital social era detido em 100% pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S. A. na sequência da integração na sua carteira da participação de 19,5%, que em 31 de dezembro de 2018 era detida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Além de modificação na designação, a sociedade teve já alterações no objeto social, o qual atualmente consiste na aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como na administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a conceção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários. A Sociedade tem também por objecto o arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esse efeito, excluindo a locação financeira.

Presentemente, a empresa detém como ativo não corrente o material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul, alugado à FERTAGUS, o qual constitui a principal componente do ativo.

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE). As IFRS foram adotadas em 01 de janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As presentes demonstrações financeiras respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros. São incluídas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, SGPS, S.A.



2. Alterações nas políticas contabilísticas

2.1 Normas alteradas e introduzidas na UE com eficácia nos períodos iniciados em 01 de janeiro de 2021 ou posteriormente

2.1.1 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2021

- **Alterações à IFRS 16: Concessões relacionadas com o COVID ao nível das rendas (Regulamento 2020/1434 da Comissão, de 9 de outubro)**
 - Estas alterações à IFRS 16 estão relacionadas com o tratamento a ser dado às concessões de rendas concedidas aos locatários devido ao COVID-19. Estas alterações modificam os requisitos da IFRS 16 para conceder aos locatários um expediente prático para que estes não necessitem de avaliar se uma concessão de renda que ocorra como consequência direta do COVID-19 é ou não uma modificação da locação e possam tratar essa concessão de renda como não sendo uma modificação da locação. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020.

- **Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguros (Regulamento 2020/2097 da Comissão, de 15 de dezembro de 2020)**
 - Atualmente, de acordo com a IFRS 4 – Contratos de Seguros, a data efetiva para aplicação da IFRS 9, após a isenção temporária, é 1 de janeiro de 2021. De forma a alinhar o prazo dessa isenção temporária com a data efetiva para a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguros, após as alterações efetuadas em 25 de junho de 2020, o IASB prorrogou a aplicação da isenção de aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 até 1 de janeiro de 2023.

- **Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16: Reforma das taxas de juro de referência – Fase 2 (Regulamento 2021/25 da Comissão, de 13 de janeiro de 2021)**
 - O IASB finalizou a sua resposta à reforma em curso das taxas de juro interbancárias (IBOR) e de outros referenciais de taxas de juro ao emitir um pacote de alterações às IFRS. Estas emendas têm como objetivo ajudar as entidades a providenciar aos investidores informações úteis acerca dos efeitos desta reforma nas suas demonstrações financeiras. Estas emendas complementam as que foram emitidas em 2019 e focam-se nos efeitos nas demonstrações financeiras quando uma entidade substituiu um antigo referencial de taxa de juro por um outro referencial alternativo como resultado da reforma. Estas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021.

2.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2022



- **IFRS 17: Contratos de Seguros (Regulamento 2021/2036, da Comissão, de 19 de novembro de 2021)**
 - A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras.
Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

- **Alterações à IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos Anuais (Regulamento 2021/1080, de 28 de junho de 2021)**
 - Este conjunto de pequenas alterações efetuadas às IFRS serão efetivas para os períodos financeiros anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022:
 - Alterações à IFRS 3: Atualização de uma referência na IFRS 3 para a Estrutura Concetual de Relato Financeiro sem alterar os requisitos de contabilização das concentrações de atividades empresariais;
 - Alterações à IAS 16: Proíbe uma entidade de deduzir ao custo de um ativo fixo tangível os montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a entidade se encontra a preparar o ativo para o seu uso pretendido. Em vez disso, a entidade deve reconhecer as retribuições recebidas dessas vendas e o custo relacionado nos resultados;
 - Alterações à IAS 37: Especifica que custos é que uma entidade deve incluir quando avalia se um contrato é ou não um contrato oneroso;
 - Melhorias anuais com pequenas alterações à IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41, e aos exemplos ilustrativos da IFRS 16.

Estas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

2.2 Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitida pelo IASB em 11set14)** - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o



processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios (emitida pelo IASB em 30jan14)** - Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.
- **Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 23jan20 e atualizada em 15jul20)** - Estas alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, vêm clarificar os requisitos que uma entidade aplica para determinar se um passivo é classificado como corrente ou como não corrente. Estas alterações, em natureza, pretendem ser apenas uma redução de âmbito, clarificando os requisitos da IAS 1, e não uma modificação aos princípios subjacentes. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 1 e à IFRS Practice Statement 2 (emitida pelo IASB em 12 de fevereiro de 2021)**
 - Estas alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS Practice Statement 2 proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 8: Definição de estimativas contabilísticas (emitida pelo IASB em 12 de fevereiro de 2021)**
 - Estas alterações clarificam a forma sobre como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. Esta distinção é importante porque as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospetivamente apenas sobre transações e outros eventos futuros, mas as alterações nas políticas contabilísticas são, de uma forma geral, aplicadas retrospectivamente às transações e a outros eventos passados.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.



- **Alterações à IAS 12: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos que resultem de uma única transação (emitida pelo IASB em 31 de março de 2021)**
 - A IAS 12 atribui uma isenção às entidades de reconhecerem impostos diferidos quando estes resultam do reconhecimento inicial de ativos e passivos. Contudo, existia alguma incerteza sobre se essa isenção se aplicaria a transações tais como contratos de locação e obrigações de descomissionamento em que as entidades reconhecem em simultâneo quer um ativo, quer um passivo. Esta emenda vem clarificar que a isenção do reconhecimento inicial não se aplica a estas transações em que resultam montantes iguais de diferenças tributáveis e dedutíveis que resultem do reconhecimento inicial e, assim, as entidades deverão reconhecer o imposto diferido associado a tais transações. Aplicável os períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 – Informação comparativa (emitida pelo IASB em 9 de dezembro de 2021)**
 - A IFRS 17 e a IFRS 9 têm diferentes requisitos de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar mismatches contabilísticos entre os ativos financeiros e os passivos de contratos de seguros na informação comparativa que é apresentada nas suas demonstrações financeiras quando é aplicada a IFRS 9 e a IFRS 17 pela primeira vez. Esta emenda, através da introdução de uma opção para uma apresentação da informação comparativa acerca dos ativos financeiros, vem ajudar as seguradoras a evitar estes mismatches contabilísticos temporários e, assim, incrementar a utilidade da informação comparativa para os investidores. Aplicáveis aos períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, estando sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Da apreciação às alterações das normas que entrarão em vigor nos próximos exercícios, não se antecipam impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas aplicadas

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 01-01-2004 estão mensurados pelo *deemed cost* e os que sejam adquiridos posteriormente, pelo custo de aquisição.

As despesas subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidas como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis são subsequentemente mensurados pelo modelo do custo, pelo qual são deduzidas as depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.



Se, pela aplicação da IAS 36, existirem indícios de que um ativo, ou a unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o seu valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento da sua alienação, ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

3.2. Outros Ativos financeiros

Os ativos financeiros da SageSecur são classificados nas categorias que abaixo se descrevem, de acordo com a IFRS 9:

Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio: Conforme referido no parágrafo anterior, no reconhecimento inicial, uma entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio dentro do âmbito da IFRS 9 que não seja detido para negociação nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.



A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao mesmo. No caso das UP são aplicáveis as categorias “Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados” e de “Ativos Financeiros ao Justo Valor através do Outros Rendimento Integral para Investimento em Instrumentos de Capital Próprio”.

As unidades de participação em fundos de investimento para as quais se preveja detenção prolongada estão classificadas como ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio, sendo mensuradas pelo justo valor. As alterações no justo valor são reconhecidas diretamente no capital próprio, em rubrica de outro rendimento integral, e mantêm-se no capital próprio aquando do desreconhecimento do ativo.

As unidades de participação em fundos para as quais não se pretenda a detenção prolongada são classificadas e mensuradas como ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A SAGESECUR avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e, confirmando-se, determina os fluxos de caixa futuros descontados com vista a apurar se existe perda a reconhecer ou a reverter, se não for instrumento de capital próprio.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a sociedade não reteve o controlo sobre esse ativo.

A SAGESECUR não teve qualquer efeito significativo pela aplicação da IFRS 9 nas suas Demonstrações Financeiras.

3.3. Outras Contas a receber

As dívidas de terceiros desta natureza são mensuradas inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subsequentemente pelo custo, ou custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade baseadas na estimativa dos fluxos de caixa atualizados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é efetuado se houver evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou falha sucessiva de pagamentos, são de considerar indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.4. Caixa e Depósitos Bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis



para quantias conhecidas de dinheiro, e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.5. Financiamentos obtidos e contas a pagar

Os suprimentos e as dívidas a terceiros são mensurados inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subsequentemente mensurados pelo custo, ou custo amortizado usando o método do juro efetivo.

3.6. Gastos e Perdas e Rendimentos e Ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

Rendimentos do aluguer operacional

O rendimento obtido ao abrigo do contrato de locação operacional é mensal e constante, sendo reconhecido em função do período a que respeita.

Juros e rendimentos similares

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e remunerações similares é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a sociedade e a quantia possa ser fiavelmente mensurada. O rendimento proveniente desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os rendimentos de unidades de participação são reconhecidos no momento da atribuição.

Custos com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são integralmente reconhecidos como gastos do período em que sejam incorridos, com respeito pela periodização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa do juro efetivo, visto não haver requisitos para capitalização no custo de ativos nos termos da IAS 23.

3.7. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, se possam compensar ativos por impostos correntes com passivos por



impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto e possam ser compensados.

3.8. Juízos de valor e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem um maior nível de complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- (i) Determinação das vidas úteis e valor residual dos ativos fixos tangíveis, bem como a definição do método de depreciação;
- (ii) Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade;
- (iii) Análise de indícios de imparidade em ativos fixos tangíveis e investimentos financeiros e de incobrabilidade de créditos;
- (iv) Determinação de ativos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos.

4. Perspetiva sobre os riscos da empresa

Sobre os principais tipos de riscos financeiros considera-se o seguinte:

- (i) **Risco cambial** – não aplicável por não existirem instrumentos financeiros denominados ou indexados a moedas diferentes do euro;
- (ii) **Risco de taxa de juro** – existe para a empresa quanto aos suprimentos obtidos, mas também quanto aos rendimentos obtidos decorrente do crédito sobre a Estamo, pela possibilidade do acionista alterar as taxas de juro, mas não constitui risco para o mesmos por resultar apenas em alteração no tipo de rendimento obtido, podendo criar valor pelo efeito fiscal;
- (iii) **Risco de preço (justo valor)** – existe para os investimentos financeiros em função das alterações nos preços de mercado;
- (iv) **Risco de liquidez** - não são expectáveis dificuldades na obtenção de fundos e, conseqüentemente não se identifica um nível elevado de risco associado, pois as operações, que serão sempre determinadas pelo Estado ou pelo acionista dada a natureza instrumental da sociedade, podem ser suportadas por estes, caso necessário, dada a situação da sociedade enquanto EPR.



5. Ativos Fixos Tangíveis

Os saldos e os movimentos na quantia escriturados em 2021 e 2020 foram os seguintes:

	31-12-2021	31-12-2020
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	112.896.907,05	106.718.911,59
Adições	8.375.886,05	6.177.995,46
Saldo Final	121.272.793,10	112.896.907,05
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	67.326.508,66	63.683.984,58
Adições	3.914.522,02	3.642.524,08
Saldo Final	71.241.030,68	67.326.508,66
Perdas de imparidade Acumuladas		
Saldo Inicial	0,00	0,00
Reversão de Imparidade	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00
Quantia escriturada	50.031.762,42	45.570.398,39

Os ativos fixos tangíveis respeitam ao material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul, incluindo peças sobressalentes cujo valor anteriormente constava como adiantamento, adquirido em estado de uso em 30-06-2006 à FERTAGUS e posteriormente alugado a esta empresa.

O prazo do contrato de locação, que terminava em 31 de dezembro de 2010, foi automaticamente prorrogado por mais nove anos, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 138-B/2010, de 28 de dezembro, que prorrogou o contrato de concessão celebrado entre o Estado e a FERTAGUS.

Durante o ano de 2019, os termos da concessão, que terminava a 31 de dezembro de 2019, foram objeto de renegociação da qual resultou a extensão do prazo da mesma por mais 4 anos e 9 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2024. Em consequência, os contratos relativos ao Material Circulante/Concessão da Fertagus foram reformulados de modo a incorporarem as alterações resultantes da renegociação da concessão em termos de prazo e condições financeiras. Os novos contratos celebrados entre a SAGESECUR e a Fertagus entraram em vigor a 1 de janeiro de 2020 e deles decorre uma redução do valor da renda mensal cobrada à Fertagus e a definição de um novo calendário de programação das intervenções de manutenção e respetivos pagamentos pela SAGESECUR. A redução da renda reflete no essencial a extensão da vida do útil do material circulante por mais 10 anos (até 2039), alteração que foi autorizada pela entidade reguladora do setor, o IMT e reflete a adequação do investimento efetuado no passado e previsto para o futuro em termos de grandes reparações.

Até 31-12-2019, a taxa de depreciação anual para o material circulante existente à data da aquisição à FERTAGUS foi de 4,33% e a taxa de depreciação das peças sobressalentes adquiridas posteriormente foi de 5,4%, correspondentes à vida útil remanescente (até 30-06-2029) que resulta do período de 30 anos considerado para aquele material em estado de novo.

A partir de 2020, a quantia escriturada do material circulante, das peças sobressalentes e da componente de modernização das grandes reparações, passou a ser depreciada pelos anos remanescentes de vida útil (até 30-06-2039). Quanto à quantia escriturada da componente



sistemática das grandes reparações, será depreciada pelo período de 4 a 15 anos, em função do tipo de reparação.

Na determinação da depreciação anual, foi ainda considerado o valor residual de 720.000 euros, estimativa do valor do aço das dezoito UQE no final da vida útil.

Este plano de depreciações implica que no final do período de prorrogação do contrato o material tenha quantia escriturada correspondente ao período de vida útil remanescente.

Tal como em anos anteriores, efetuou-se o teste de imparidade ao material circulante como unidade geradora de caixa (UGC), tendo por base as condições que vigorarão a partir de 01.01.2022, com os seguintes pressupostos:

- A diferença entre o justo valor e o custo de alienação da UGC não é determinável porque se trata de ativos que servem e estão subordinados ao contrato de concessão da operação de transporte de passageiros no eixo ferroviário norte-sul de que a SAGESECUR não é parte, do que resulta que a quantia recuperável tenha de ser baseada exclusivamente no valor de uso, estando-se nas condições previstas pela IAS 36.20;
- Os fluxos de caixa ao longo dos anos de prorrogação do contrato são os relativos a receitas dos alugueres e a despesas com as revisões e manutenções;
- O fluxo de caixa no fim do contrato de aluguer corresponde à quantia escriturada dos ativos da UGC nessa altura porque o período de depreciação tem em conta o número de anos de vida técnica do material circulante e porque as revisões asseguram as condições normais desse material ao longo da sua vida;
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa poderá ser a taxa de juro dos suprimentos (31-12-2021: 2,00%; 31-12-2020: 2,00%) porque esta UGC corresponde a uma atividade em que o Grupo entrou instrumentalmente e que está ligada a um contrato de concessão envolvendo o Estado.

Concluiu-se que a UGC tem valor de uso de 53.814.928,57 euros a comparar com a quantia escriturada, pelo que não foi reconhecida qualquer imparidade.

6. Investimentos Financeiros e Ativos Financeiros para Negociação

Como ativos financeiros adquiridos estão considerados:

Ativos financeiros	31-12-2021		31-12-2020	
	N.º títulos	Corrente	N.º títulos	Corrente
Ao justo valor através de resultados				
UP do Fundo Fundiestamo I	11.026	12.812.013,53	10.723	12.238.382,94
UP do Fundo ImoPoupança	1.970	11.611,18	1.970	11.340,50
		12.823.624,71		12.249.723,44

Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez assumido pela própria SAGESECUR, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente,



o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta técnica é mais representativa do justo valor destas UP.

O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final do ano de 2021.

7. Outras contas a Receber

Outras contas a receber	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estamo	0,00	0,00	14 960 164,64	0,00
	0,00	0,00	14 960 164,64	0,00

Em 31-12-2020, o valor de 14,96 milhões de euros é referente a um crédito que a SAGESECUR detinha sobre a Estamo, resultante da partilha dos ativos e passivos do Fundo Estamo, na proporção das suas unidades de participação. Este crédito vencia juros à taxa dos suprimentos desde 01 de janeiro de 2019.

No dia 27 de abril de 2018 o Fundo Estamo e a Estamo acordaram em vender e comprar o imóvel pertencente ao Fundo ESTAMO, cujo pagamento se vencia, consoante o facto que primeiro viesse a ocorrer, em 31 de dezembro de 2021 ou no prazo de 30 dias decorridos da venda do imóvel. Em novembro de 2019, foi celebrado um acordo entre a Estamo e a SAGESECUR, o qual previa o diferimento do pagamento para os anos 2020 e 2021. O valor em causa foi recebido em dezembro de 2021, tendo os juros sido calculados até ao momento do pagamento.

8. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os saldos e movimentos são os seguintes:

	2021				2020			
	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Variações com Efeitos no Cap. Próprio	Saldo Final	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Variações com Efeitos no Cap. Próprio	Saldo Final
Ativos por Impostos Diferidos Não Correntes								
Prejuízos fiscais	1.038.370,62	-402.112,12		636.258,50	582.402,20	455.968,42		1.038.370,62
	1.038.370,62	-402.112,12	0,00	636.258,50	582.402,20	455.968,42	0,00	1.038.370,62

Os ativos por impostos diferidos têm origem no prejuízo fiscal apurado em 2018, que concretizou a perda associada às UP do Fundo Estamo.



Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos. Apesar do valor dos prejuízos fiscais em 2018 ter ascendido a 9,5 milhões de euros, optou-se, naquela data, por não reconhecer integralmente o ativo por imposto diferido associado, atendendo aos resultados fiscais históricos e à expectativa de manutenção da atividade em termos idênticos. Com a extensão do período de utilização do prejuízo gerado em 2018 de 2023 para 2025, prevista no OE suplementar 2020, aliado ao incremento do resultado fiscal registado nos últimos anos, procedeu-se em 31-12-2020 à reavaliação do montante para aproximadamente 1 milhão de euros. Em 31-12-2021, o decréscimo registado resulta da utilização dos prejuízos fiscais no âmbito da estimativa de imposto (ver nota 21).

9. Clientes

Os saldos de clientes (31-12-2021: 728.160,00 de euros; 31-12-2020: 728.160,00 de euros) não apresentam efeitos de imparidade.

10. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos da rubrica Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	760.316,60		467.801,67	
Imposto s/ Valor Acrescentado	760.316,60		467.801,67	

	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo	28.239,09	0,00	173.473,86	0,00
Imposto s/Rendimento	28.239,09	0,00	173.473,86	0,00

O saldo apresentado no ativo corrente corresponde ao IVA a recuperar no final do mês de dezembro, tendo origem no IVA dedutível das grandes reparações realizadas no ano.

11. Caixa e Depósitos Bancários

Os saldos da rubrica Caixa e Depósitos Bancários têm a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	19 932 917,04	15 460 216,90
Totais	19 932 917,04	15 460 216,90



A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP. Apenas tem mantido nas contas junto da banca comercial os valores indispensáveis ao cumprimento de obrigações contratuais assumidas, os quais a 31 de dezembro de 2021 se detalham do seguinte modo:

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BPI - Banco BPI, S.A.	2 211,98	2 206,82	2 201,58	2 301,61
Caixa Banco de Investimento	294 520,54	294 449,00	294 325,54	311 503,70
TOTAL	296 732,52	296 655,82	296 527,12	313 805,31

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações - financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

12. Capital Próprio

Os saldos e os movimentos reconhecidos no capital próprio no ano de 2021 foram os seguintes:

	Saldo inicial IAS/IFRS	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	22 500 000,00			22 500 000,00
Reservas Legais	1 829 654,47	190 369,85		2 020 024,32
Reservas Livres	83 244,56			83 244,56
Resultados Transitados	10 776 087,10	3 617 027,00		14 393 114,10
Resultado Líquido	3 807 396,85	2 637 465,45	3 807 396,85	2 637 465,45
Total	38 996 382,98	6 444 862,30	3 807 396,85	41 633 848,43

A rubrica Reservas Legais é constituída em conformidade com o art.º 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

13. Financiamentos Obtidos

Os saldos na rubrica Financiamentos Obtidos são os seguintes:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Par pública		42.240.000,00		50.040.000,00
		42.240.000,00		50.040.000,00

Os suprimentos estão mensurados ao custo amortizado, cujo historial e o saldo é atualmente o seguinte:

Handwritten signature and initials



- **Suprimento em 2006 para aquisição de material circulante**
A quantia inicial foi de 86.172 milhares de euros com reporte a 6 de julho de 2006, destinando-se à aquisição do material circulante à FERTAGUS. Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, setembro de 2009, outubro de 2010, maio e novembro de 2011, outubro de 2013, junho de 2014, julho de 2014, junho 2015 e dezembro 2016, permanecendo em dívida o valor de 31.540 milhares de euros.
- **Suprimento em 2007 para aquisição de unidades de participação**
A quantia inicial foi de 80.300 milhares de euros, conforme carta de 05 de fevereiro de 2007, para suporte da aquisição feita à PARPÚBLICA das UP que esta detinha no FIIF ESTAMO (3.400) e FIIF LOCACEST (46.300). Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, outubro de 2020 e em dezembro de 2021, permanecendo o valor de 10 700 milhares de euros em dívida.

Os juros vencem-se anual e postecipadamente, a 31 de dezembro de cada ano, estando os mesmos apresentados na rubrica Outras contas a pagar (nota 14). A taxa de juro é comunicada anualmente pelo acionista (2021: 2,00%; 2020: 2,18%).

14. Outras Contas a Pagar

Os saldos de Outras Contas a Pagar são os seguintes:

	31-12-2021	31-12-2020
Juros de Empréstimos Obtidos	1.000.372,60	1.254.392,32
Diversos	10.586,48	10.586,50
	1.010.959,08	1.264.978,82

15. Vendas e Serviços Prestados

Os réditos derivam do aluguer operacional do material circulante à FERTAGUS (2021: 7.104.000,00 de euros; 2020: 7.104.000,00 de euros), subjacentes ao aditamento ao contrato de locação do material celebrado em 30 de dezembro de 2019 (ver nota 5).

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos constam:

	2021	2020
Serviços de contabilidade	5.596,50	8.394,75
Revisor Oficial de Contas - SROC	21.285,84	21.285,84
Partilha de gastos	10.489,56	10.489,58
Comissões e despesas	256,65	312,71
Diversos	1.159,86	887,46
	38.788,41	41.370,34



A rubrica partilha de gastos refere-se ao reembolso dos custos dos trabalhadores da PARPÚBLICA, na proporção do tempo de trabalho alocado à SAGESECUR, conforme previsto no acordo de partilha de custos celebrado com a *holding*.

O decréscimo do montante dos serviços de contabilidade resulta da revisão/redução do âmbito do contrato vigente.

O regime de IVA da sociedade não permite dedução relativamente aos serviços contratados a entidades terceiras

17. Gastos com Pessoal

No ano de 2021, não houve pessoal próprio ao serviço da empresa. As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da SAGESECUR respeitam apenas a senhas de presença dos membros da mesa da Assembleia-Geral uma vez que os administradores não são remunerados.

18. Aumentos/Reduções de justo valor

As variações reconhecidas respeitam às unidades de participação do Fundo Fundiestamo I e do Fundo ImoPoupança (2021: +360.264,93 de euros; 2020: +512.834,50 de euros).

19. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos contem:

Juros e Rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	2021	2020
Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos da UPs	550 840,31	527 996,19
Juros obtidos (nota 7)	296 577,54	500 445,60
Outros não especificados	0,00	618,78
	847 417,85	1 029 060,57

Os rendimentos das UPs tem origem, na sua quase totalidade, na remuneração distribuída pelas UP do Fundo Fundiestamo I.

Como o crédito da Estamo, evidenciado na nota 7, não foi recebido até 01 de janeiro de 2019, este passou a vencer juros à mesma taxa de juro que remunera os suprimentos, contados até à data do recebimento dessa dívida

20. Juros e Gastos Similares Suportados

Na rubrica Juros e Gastos Similares Suportados estão incluídos exclusivamente os juros dos suprimentos (2021: -1.000.372,60 de euros; 2020: -1.254.392,32 de euros). A taxa de juro é comunicada anualmente pelo acionista (2021: 2,00%; 2020: 2,18%).



21. Imposto sobre o Rendimento do período

Esta rubrica tem a seguinte composição:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DR)	2021	2020
Gasto/Rendimento por Impostos correntes	-317 572,17	-355 329,90
Gasto/Rendimento por Impostos Diferidos (nota 8)	-402 112,12	455 968,42
	-719 684,29	100 638,52

A relação entre o gasto de imposto e o lucro contabilístico é o seguinte:

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de Impostos e o lucro contabilístico	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes de imposto	3 357 149,74	3 706 758,33
Gastos/Rendimento não aceites fiscalmente		
Diferenças Temporárias		
	3 357 149,74	3 706 758,33

A SAGESECUR está sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2021 corresponde à taxa anual de 21%, acrescida de Derrama Municipal de 1,5%. No exercício, a SAGESECUR foi ainda sujeita a tributação de Derrama Estadual à taxa de 3%, para a componente de lucro tributável superior a 1.500.000 de euros.

As declarações de autoliquidação da empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.



22. Partes relacionadas

Os saldos e transações da Sociedade com entidades relacionadas são:

	Empresa-mãe	Outras Partes Relacionadas
Saldos Passivos		
Parpublica	42 240 000,00	
Saldos Ativos		
Estamo		0,00
Rendimentos		
<i>Juros</i>		
Estamo		296 577,54
Gastos		
<i>Juros</i>		
Parpublica	1 000 372,60	
<i>Outros</i>		
Parpublica	10 489,56	

23. Ativos e Passivos contingentes e acontecimentos subsequentes relevantes

Não são conhecidos ativos ou passivos contingentes.
Não há eventos subsequentes relevantes para divulgação.

24. Divulgações de natureza não contabilística

i) Locações

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade tinha a receber montantes relativos ao contrato de locação. O montante total dos recebimentos futuros respeitante à locação operacional não canceláveis é o seguinte:

Recebimentos futuros respeitantes a locações*	31-12-2021
Até 1 ano	8 737 920,00
Entre 1 ano e 5 anos	15 291 360,00
A mais de 5 anos	0
Total	24 029 280,00

* Montante inclui IVA

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021, não existiram gastos com Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor.



ii) Garantias

Não aplicável

iii) Outros

A sociedade:

- Não tem presentemente pessoal próprio, sendo diminuta a sua atividade administrativa;
- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de dezembro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente aos membros dos órgãos sociais:

- Apenas são remunerados os membros da Mesa da Assembleia-Geral, em função das presenças (2021: 850,00 de euros; 2020: 850,00 de euros), e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com honorários que no ano de 2021 ascenderam aos 21.285,84 de euros relativos aos serviços de revisão legal que exclusivamente prestou (valor com IVA incluído);
- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.



As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2022, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da SAGESECUR, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

A Contabilista Certificado

Manuela Fonseca

O Conselho de AdministraçãoJaime Andrez
PresidenteJoão Pinhão
VogalAna Santos Martins
Vogal



Demonstrações
Orçamentais





Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2021

Demonstrações orçamentais previsionais

1 — Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica Designação	Períodos anteriores	Período 2021	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
				t+1 2022	t+2 2023	t+3 2024	t+4 2025	
Receita corrente	9.486.488,00	9.164.052,00	18.650.540,00	9.087.920,00	9.087.920,00	9.087.920,00	0,00	
R1 Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4 Rendimentos de propriedade	9.486.488,00	9.164.052,00	18.650.540,00	9.087.920,00	9.087.920,00	9.087.920,00	0,00	
R5 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R7 Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita capital	12.200.000,00	14.960.165,00	27.160.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R8 Venda de bens de investimento	12.200.000,00	14.960.165,00	27.160.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9 Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita efetiva [1]	21.686.488,00	24.124.217,00	45.810.705,00	9.087.920,00	9.087.920,00	9.087.920,00	0,00	
Receita não efetiva [2]	0,00	0,00	0,00	9.150.000,00	4.050.000,00	2.600.000,00	0,00	
R12 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13 Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	9.150.000,00	4.050.000,00	2.600.000,00	0,00	
Receita total [3] = [1] + [2]	21.686.488,00	24.124.217,00	45.810.705,00	18.237.920,00	13.137.920,00	11.687.920,00	0,00	



Rubrica Designação	Periodos anteriores	Período 2021	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
				t+1 2022	t+2 2023	t+3 2024	t+4 2025	
Despesa corrente	3.692.541,00	2.733.199,00	6.425.740,00	957.912,00	711.731,00	1.550.162,00	0,00	
D1 Despesas com o pessoal	850,00	850,00	1.700,00	850,00	850,00	850,00	0,00	
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	850,00	850,00	1.700,00	850,00	850,00	850,00	0,00	
D1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2 Aquisição de bens e serviços	31.264,00	43.465,00	74.729,00	43.465,00	43.465,00	43.465,00	0,00	
D3 Juros e outros encargos	1.736.962,00	1.288.413,00	3.025.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6 Outras despesas correntes	1.923.465,00	1.400.471,00	3.323.936,00	913.597,00	667.416,00	1.505.847,00	0,00	
Despesa capital	7.598.934,00	10.302.340,00	17.901.274,00	7.890.437,00	0,00	2.260.822,00	0,00	
D7 Investimento	7.598.934,00	10.302.340,00	17.901.274,00	7.890.437,00	0,00	2.260.822,00	0,00	
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa efetiva [4]	11.291.475,00	13.035.539,00	24.327.014,00	8.848.349,00	711.731,00	3.810.984,00	0,00	
Despesa não efetiva [5]	9.740.000,00	10.940.000,00	20.680.000,00	9.290.000,00	12.390.000,00	7.840.000,00	0,00	
D10 Ativos financeiros	840.000,00	3.140.000,00	3.980.000,00	9.290.000,00	12.390.000,00	7.840.000,00	0,00	
D11 Passivos financeiros	8.900.000,00	7.800.000,00	16.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa total [6] = [4] + [5]	21.031.475,00	23.975.539,00	45.007.014,00	18.138.349,00	13.101.731,00	11.650.984,00	0,00	
Saldo total [3] - [6]	655.013,00	148.678,00	803.691,00	99.571,00	36.189,00	36.936,00	0,00	
Saldo global [1] - [4]	10.395.013,00	11.088.678,00	21.483.691,00	239.571,00	8.376.189,00	5.276.936,00	0,00	

2 - Plano plurianual de investimentos

O plano de investimentos plurianual está associado ao contrato de manutenção do material circulante. Para 2021 foi previsto um investimento de 10,3 milhões de euros.

[Handwritten signatures and initials]



Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
	Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	15.460.216,90	0,00	0,00	0,00	0,00	15.460.216,90	12.955.809,89
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	24.539.791,44	0,00	0,00	0,00	0,00	24.539.791,44	21.995.015,85
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	40.000.008,34	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.008,34	34.950.825,74
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	12.053.454,96	0,00	0,00	0,00	0,00	12.053.454,96	10.284.500,09
Despesa não efetiva [6]	8.013.636,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.013.636,34	9.206.108,75
Soma [7]=[5]+[6]	20.067.091,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.067.091,30	19.490.608,84
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	19.932.917,04	0,00	0,00	0,00	0,00	19.932.917,04	15.460.216,90
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]	12.486.336,48	0,00	0,00	0,00	0,00	12.486.336,48	11.710.515,76
Despesa primária	10.799.062,64	0,00	0,00	0,00	0,00	10.799.062,64	8.547.538,30
Saldo corrente	7.828.511,68	0,00	0,00	0,00	0,00	7.828.511,68	7.109.450,18
Saldo de capital	4.657.824,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.657.824,80	4.601.065,58
Saldo primário	13.740.728,80	0,00	0,00	0,00	0,00	13.740.728,80	13.447.477,55
Receita total [1]+[2]+[3]	40.000.008,34	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.008,34	34.950.825,74
Despesa total [5]+[6]	20.067.091,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.067.091,30	19.490.608,84



Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Receita corrente	9.579.626,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9.579.626,80	9.795.015,85
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e su	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9.579.626,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9.579.626,80	9.795.015,85
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita capital	14.960.164,64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.960.164,64	12.200.000,00
R8	Venda de bens de investimento	14.960.164,64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.960.164,64	12.200.000,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2021

Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	1.751.115,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.751.115,12	2.685.565,67
D1	Despesas com o pessoal	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	38.443,17	0,00	0,00	0,00	0,00	38.443,17	30.487,84
D3	Juros e outros encargos	1.254.392,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.392,32	1.736.961,79
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	457.429,63	0,00	0,00	0,00	0,00	457.429,63	917.266,04
	Despesa capital	10.302.339,84	0,00	0,00	0,00	0,00	10.302.339,84	7.598.934,42
D6	Aquisição de bens de capital	10.302.339,84	0,00	0,00	0,00	0,00	10.302.339,84	7.598.934,42
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa não efetiva	8.013.636,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.013.636,34	9.206.108,75
D9	Despesa com ativos financeiros	213.636,34	0,00	0,00	0,00	0,00	213.636,34	306.108,75
D10	Despesa com passivos financeiros	7.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800.000,00	8.900.000,00



2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	P/Cobrar Ant	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Cobradas brutas	Reembolsos Emitidos	Reembolsos Pagos	Cobrada Lq Ant	Cobrada Lq Per	Cobrada Lq Tot	P/Cobrar Final	Grau Exec. Ant	Grau Exec. Per
R1	Receita Fiscal													
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições p/sistemas proteção social e subs. saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9.164.052,00	860.159,04	9.586.648,55	1.310,71	9.579.626,80	0,00	0,00	860.159,04	8.719.467,76	9.579.626,80	865.870,08	9,39	95,15
R5	Transferências e subsídios correntes													
R5.1	Transferências correntes													
R5.1.1	Administrações Públicas													
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Corrente	9.164.052,00	860.159,04	9.586.648,55	1.310,71	9.579.626,80	0,00	0,00	860.159,04	8.719.467,76	9.579.626,80	865.870,08	9,39	95,15
	CAPITAL													
R8	Venda de bens de investimento	14.960.165,00	0,00	14.960.164,64	0,00	14.960.164,64	0,00	0,00	0,00	14.960.164,64	14.960.164,64	0,00	0,00	100,00
R9	Transferências e subsídios de capital													
R9.1	Administrações Públicas													
R9.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	14.960.165,00	0,00	14.960.164,64	0,00	14.960.164,64	0,00	0,00	0,00	14.960.164,64	14.960.164,64	0,00	0,00	100,00
	NÃO EFETIVA													
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	15.460.217,00	0,00	15.460.216,90	0,00	15.460.216,90	0,00	0,00	0,00	15.460.216,90	15.460.216,90	0,00	0,00	100,00
	Total	15.460.217,00	0,00	15.460.216,90	0,00	15.460.216,90	0,00	0,00	0,00	15.460.216,90	15.460.216,90	0,00	0,00	100,00
	Total Geral	39.584.434,00	860.159,04	40.007.030,09	1.310,71	40.000.008,34	0,00	0,00	860.159,04	39.139.849,30	40.000.008,34	865.870,08	2,17	98,88

71



3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	P/Pagar Ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Pagas Liq. Ant.	Pagas Liq. Per.	Pagas Liq. Tot.	Comp. A transitar	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
D1	Despesas com o pessoal												
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	850,00	0,00	850,00	850,00	0,00	850,00	850,00	0,00	0,00	0,00	100,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	43.465,00	0,00	38.443,17	38.443,17	0,00	38.443,17	38.443,17	0,00	0,00	0,00	88,45
D3	Juros e outros encargos	0,00	1.288.413,00	0,00	1.254.392,32	1.254.392,32	0,00	1.254.392,32	1.254.392,32	0,00	0,00	0,00	97,36
D4	Transferências e subsídios correntes												
D4.1	Transferências correntes												
D4.1.1	Administrações Públicas												
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	96,92	1.400.471,00	0,00	457.526,55	457.526,55	0,00	457.429,63	457.429,63	0,00	96,92	0,00	32,66
	Total Corrente	96,92	2.733.199,00	0,00	1.751.212,04	1.751.212,04	0,00	1.751.115,12	1.751.115,12	0,00	96,92	0,00	64,07
	CAPITAL												
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	10.302.340,00	0,00	10.302.339,84	10.302.339,84	0,00	10.302.339,84	10.302.339,84	0,00	0,00	0,00	100,00
D7	Transferência e subsídios de capital												
D7.1	Transferências de capital												
D7.1.1	Administrações Públicas												
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	0,00	10.302.340,00	0,00	10.302.339,84	10.302.339,84	0,00	10.302.339,84	10.302.339,84	0,00	0,00	0,00	100,00
	NÃO EFETIVA												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	3.140.000,00	0,00	213.636,34	213.636,34	0,00	213.636,34	213.636,34	0,00	0,00	0,00	6,80
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	Total Não efetiva	0,00	10.940.000,00	0,00	8.013.636,34	8.013.636,34	0,00	8.013.636,34	8.013.636,34	0,00	0,00	0,00	73,25
	Total Geral	96,92	23.975.539,00	0,00	20.067.188,22	20.067.188,22	0,00	20.067.091,30	20.067.091,30	0,00	96,92	0,00	83,70

4 - Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Do plano de investimentos previsto para 2021, associado ao contrato de manutenção do material circulante, a execução do ano ficou em 100% como evidenciado na demonstração anterior.



Anexo às Demonstrações Orçamentais

Apresentação da empresa e do referencial de relato orçamental

A SAGESECUR é uma empresa do Grupo PARPÚBLICA, com um capital social de 22,5 milhões de euros, o qual é totalmente detido pela PARPÚBLICA desde o início de 2019, sendo que já anteriormente a PARPÚBLICA detinha a maioria do capital.

A atividade da SAGESECUR constitui um dos instrumentos de concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para o Grupo PARPÚBLICA relativamente a projetos específicos considerados de interesse e que se enquadrem no seu objeto social.

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA e a sua atividade está centrada na gestão de diversos negócios relacionados com a propriedade do material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul alugado à FERTAGUS e a detenção de unidades de participação de Fundos Imobiliários Fechados.

A empresa apresenta as suas demonstrações orçamentais em conformidade com a Norma Contabilística Pública (NCP) 26, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). A NCP 26 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As presentes demonstrações orçamentais respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa e estão apresentadas em euros.





Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2021

1 - Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas
R1	Receita Fiscal					
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9.164.052,00	0,00	0,00	0,00	9.164.052,00
R5	Transferências e subsídios correntes					
R5.1	Transferências correntes					
R5.1.1	Administrações Públicas					
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Corrente	9.164.052,00	0,00	0,00	0,00	9.164.052,00
	CAPITAL					
R8	Venda de bens de investimento	14.960.165,00	0,00	0,00	0,00	14.960.165,00
R9	Transferências e subsídios de capital					
R9.1	Transferências de capital					
R9.1.1	Administrações Públicas					
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	14.960.165,00	0,00	0,00	0,00	14.960.165,00
	NÃO EFETIVA					
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	15.460.217,00	15.460.217,00
	Total	0,00	0,00	0,00	15.460.217,00	15.460.217,00
	Total Geral	24.124.217,00	0,00	0,00	15.460.217,00	39.584.434,00



2 - Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Descrição	Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Dotações Corrigidas
D1	Despesas com o pessoal					
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	850,00	0,00	0,00	0,00	850,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	43.465,00	0,00	0,00	0,00	43.465,00
D3	Juros e outros encargos	1.288.413,00	0,00	0,00	0,00	1.288.413,00
D4	Transferências e subsídios correntes					
D4.1	Transferências correntes					
D4.1.1	Administrações Públicas					
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	1.400.471,00	0,00	0,00	0,00	1.400.471,00
	Total Corrente	2.733.199,00	0,00	0,00	0,00	2.733.199,00
	CAPITAL					
D6	Aquisição de bens de capital	10.302.340,00	0,00	0,00	0,00	10.302.340,00
D7	Transferência e subsídios de capital					
D7.1	Transferências de capital					
D7.1.1	Administrações Públicas					
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	10.302.340,00	0,00	0,00	0,00	10.302.340,00
	NÃO EFETIVA					
D9	Despesa com ativos financeiros	3.140.000,00	0,00	0,00	0,00	3.140.000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	7.800.000,00	0,00	0,00	0,00	7.800.000,00
	Total Não efetiva	10.940.000,00	0,00	0,00	0,00	10.940.000,00
	Total Geral	23.975.539,00	0,00	0,00	0,00	23.975.539,00

3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável.

4 - Operações de tesouraria

Não se registaram operações de tesouraria durante o ano de 2021.

5 - Contratação administrativa

Não aplicável. Não é aplicado o regime da Contratação Pública.

[Handwritten signature]



6 - Transferências e subsídios

Não aplicável.

7 - Outras divulgações.

Não aplicável.

Lisboa, 14 de março de 2022

A Contabilista Certificado

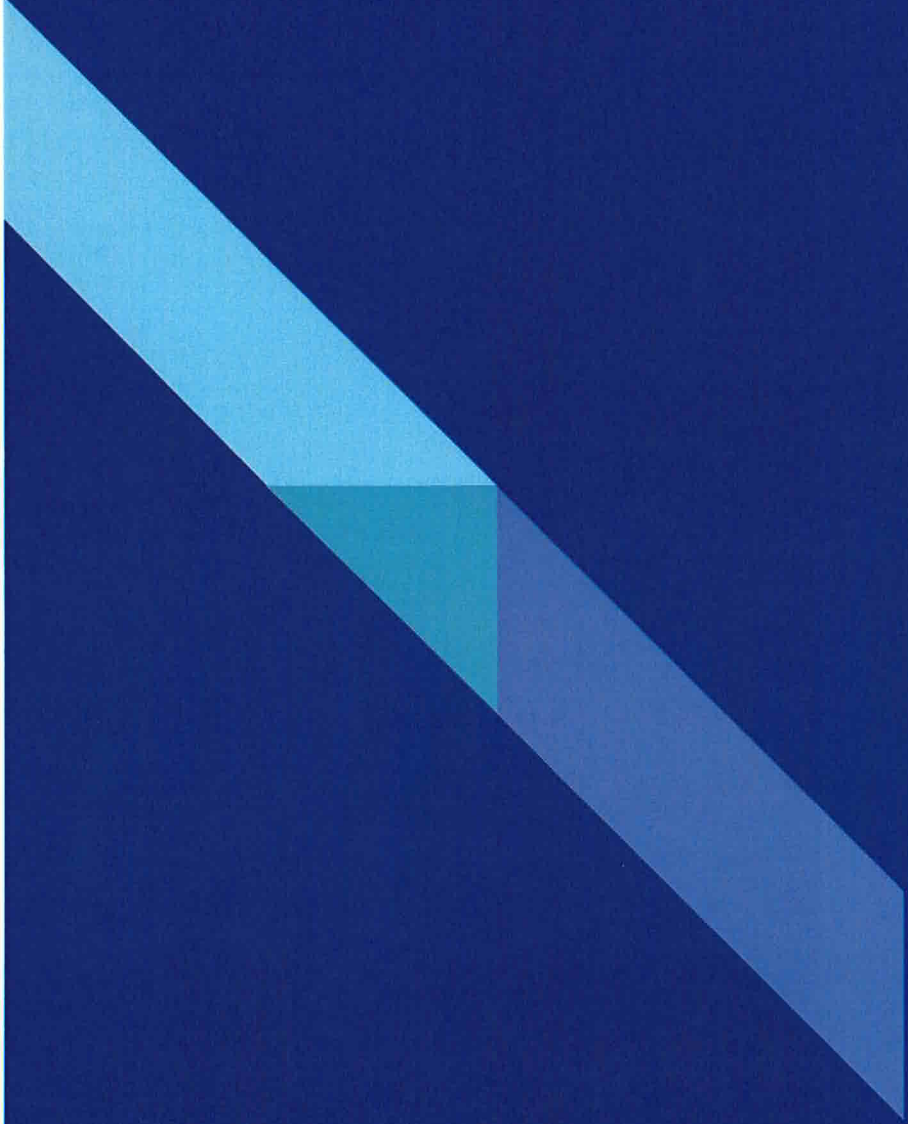
Manuela Fonseca

O Conselho de Administração

Jaime Andrez
Presidente

João Pinhão
Vogal

Ana Santos Martins
Vogal

A decorative graphic consisting of a diagonal band that runs from the top-left towards the bottom-right. The band is composed of three overlapping segments in different shades of blue: a light blue segment at the top, a medium blue segment in the middle, and a darker blue segment at the bottom. The background is a solid, dark blue color.

www.parpública.pt

SAGESECUR
Grupo PARPÚBLICA